



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0063/2021
Pág. 086

PREÂMBULO

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0063/2021

INFORMAÇÕES GERAIS

| | |
|--------------------------|-------------|
| TIPO DE LICITAÇÃO | Menor Preço |
| FORMA DE ADJUDICAÇÃO | Global |
| ITENS EXCLUSIVOS ME/EPP? | NÃO |
| RESERVA DE COTA ME/EPP? | NÃO |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO | Menor Preço |

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Secretaria Municipal de Fazenda e Infraestrutura

OBJETO:

Prestação de Serviço de Manutenção Corretiva de Poços Artesianos do Município de CEDRAL – MA Conforme Projeto Básico

VALOR TOTAL ESTIMADO:

R\$ 202.816,56 (Duzentos e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos)

DATA DA ABERTURA, HORA E LOCAL:

DATA: 25 de outubro de 2021

HORÁRIO: 09:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

LOCAL: Praça. Gov. Newton Bello, 66, Centro, Cedral – MA

E-MAIL: cpl.cedral.ma@gmail.com

PRESIDENTE RESPONSÁVEL:

Tatienne da Silva Costa
Presidente da CPL

ESTE INSTRUMENTO CONTÉM:
EDITAL E SEUS ANEXOS COM 61 PÁGINAS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021

Proc. 0063/2021
Pág. 087

A Prefeitura Municipal de Cedral- MA, através de seu Presidente, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Tomada de Preço mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DA TOMADA DE PREÇO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Cedral – MA,
DATA: 25 de outubro de 2021
HORÁRIO: 09:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)
LOCAL: Praça. Gov. Newton Bello, 66, Centro – Cedral – MA

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1. Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Manutenção Corretiva de Poços Artesianos do Município de CEDRAL – MA Conforme Projeto Básico.

2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

- 2.1. O recurso financeiro para a presente licitação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

| | |
|----------------------|---|
| EXERCÍCIO: | 2021 |
| PODER: | 02 - PODER EXECUTIVO |
| ÓRGÃO: | 02.03 - SEC. DE FAZENDA E INFRA ESTRUTURA |
| UNIDADE: | 02. 03. 00 - SEC. DE FAZENDA E INFRA ESTRUTURA |
| CLASF. PROGRAMÁTICA: | 17.512.0004.2010.0000 - MANUTENCAO DE POÇOS |
| NATUREZA DA DESPESA: | 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica |

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que sejam cadastradas nesta Prefeitura Municipal, setor de licitação, ou ainda, quando não sejam cadastradas, que atendam, perante a Comissão Permanente de Licitação - CPL, até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes de documentação e proposta de preços, a todas as condições exigíveis para cadastramento na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 3.1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, todos os itens/grupos cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.
- 3.1.2. É facultado a Comissão de Licitação, no decorrer da sessão pública, pesquisar junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, se o ramo de atividade enquadrada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE, compreende o objeto ora licitado.



Proc. 0631/2001
Pág. 088

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.3. Ficam impedidos de participar desta licitação:
- 3.3.1. Empresas que não atenderem às condições deste edital;
 - 3.3.2. Empresas que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;
 - a) Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.
 - 3.3.3. Empresas que tenham sido suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e/ou contratar por órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Igualmente não poderão participar as empresas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e/ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cedral – MA;
 - 3.3.4. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Prefeitura Municipal de Cedral – MA, bem assim a empresa da qual tal servidor seja empresário, sócio, dirigente ou responsável técnico.
 - 3.3.5. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.
 - 3.3.6. Empresas que possuam empresário, sócio(s), dirigente(s), responsável (eis) técnico(s), e/ou qualquer outro(s) responsável(eis), independente da denominação, com participação entre as mesmas;
 - 3.3.7. Empresas cujos proprietários e/ou sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos arts. 29, inciso IX com 54, I, "a" e II, "a", da Constituição Federal.
 - 3.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 3.4. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/93.

4. CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 4.1. Na data, hora e local designados para a sessão, as empresas interessadas deverão apresentar-se e identificar-se para credenciamento junto a Comissão.
- 4.2. O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 4.2.1. Sócio(a), Empresário(a) ou assemelhado(a):
 - a) Deverá apresentar cédula de identidade ou documento equivalente que possua foto, inscrição de micro empreendedor individual, ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, que comprovem sua capacidade de representante legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de



Proc. 00031/2021
Pág. 089

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.

4.2.2. Procurador(a) ou assemelhado(a):

- a) Deverá apresentar Instrumento Público de Mandato (Procuração), assinada por tabelião e possuindo o selo de fiscalização do Poder Judiciário do Estado da sede do Cartório, outorgando obrigatoriamente poderes para representar a mesma em licitações públicas, interpor recurso e renunciar a sua interposição. A outorgante poderá ainda, conferir a(ao) outorgado(a) poderes para emitir proposta de preços, emitir declarações, receber intimação/convocação, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante. Deverá apresentar juntamente com o referido instrumento, cédula de identidade ou documento equivalente que possua foto do(a) outorgada, inscrição de micro empreendedor individual, ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, que comprovem a capacidade de representante legal do outorgante, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações; ou
- b) Deverá apresentar Instrumento Particular de Mandato (Procuração) ou Carta Credencial, conforme modelo sugerido no Anexo II deste edital, outorgando obrigatoriamente poderes para representar a mesma em licitações públicas, interpor recurso e renunciar a sua interposição. A outorgante poderá ainda, conferir a(ao) outorgado(a) poderes para emitir proposta de preços, emitir declarações, receber intimação/convocação, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante. Deverá apresentar juntamente com o referido instrumento ou carta credencial, cédula de identidade ou documento equivalente que possua foto do(a) outorgado(a), inscrição de micro empreendedor individual, ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, que comprovem a capacidade de representante legal do outorgante, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações .

4.3. Todos os documentos apresentados para credenciamento serão juntados aos autos do processo desta licitação e não serão devolvidos a(s) empresa(s) licitante(s).

4.4. A não apresentação ou incorreção nos documentos de credenciamento, bem como a apresentação de documentos ilegíveis, não excluirá a empresa licitante do certame, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma, e de praticar qualquer outro ato inerente durante a sessão pública.



Proc 0063/2021
Pág. 090

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 4.5. A empresa licitante poderá, a qualquer tempo, substituir o representante legal por outro, desde que apresente todos os documentos necessários para credenciamento.
- 4.5.1. A empresa licitante apenas poderá substituir o representante legal, caso o mesmo esteja devidamente credenciado na sessão pública anterior.
- 4.6. A documentação necessária para o credenciamento deverá ser entregue fora dos envelopes dos documentos de habilitação e da proposta de preços, juntamente com as declarações abaixo:
- 4.6.1. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para aquelas que desejarem usufruir do tratamento diferenciado, previsto na Lei Complementar Nº 123/2006, conforme modelo de declaração constante do Anexo III ou Certidão de enquadramento expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada para apresentação das propostas, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de Nacional de Registro do Comércio (DNRC) ou, em se tratando de Sociedade Simples, deverá apresentar Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob pena de ser desconsiderada a condição de ME ou EPP.
- 4.7. As informações contidas nas declarações apresentadas terão presunção relativa de veracidade, podendo ser contestadas por qualquer interessado, o qual terá o ônus de comprovar suas alegações.
- 4.8. Não serão admitidos mais de um representante credenciado por empresa, nem um único representante para mais de uma empresa.
- 4.9. A Comissão poderá ainda, diligenciar junto aos sites oficiais da Receita Federal ou da Junta Comercial do domicílio da sede da licitante para verificar seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 5.1. A sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços dos proponentes, será pública, dirigida pelo presidente da Comissão Permanente de Licitação e realizada de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com este edital e seus anexos, na data, local e horário indicados no preâmbulo deste edital.
- 5.2. Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, as empresas licitantes deverão apresentar:
- 5.2.1. Credenciamento (somente para as empresas que se fizerem presentes, devendo cumprir o disposto no item 5 deste edital), separadamente dos envelopes.
- 5.2.2. Envelope "Habilitação", contendo os documentos para habilitação, observado o disposto no item 7 deste edital.
- 5.2.3. Envelope "Proposta de Preços", contendo o(s) preço(s) do objeto ora licitado, observado o disposto no item 8 deste edital.
- 5.3. Entrega do Envelope
- 5.3.1. Declarada à abertura da sessão pela presidente, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se imediatamente ao recebimento dos envelopes contendo, em separado, os documentos de habilitação e as propostas de preços, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

| | |
|---|---|
| À Prefeitura Municipal de Cedral – MA | À Prefeitura Municipal de Cedral – MA |
| ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO |



Proc 0063/2021
Pág. 091

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | |
|--|--|
| RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA – CNPJ TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021 Abertura: 25 de outubro de 2021. -09:00 | RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA – CNPJ TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021 Abertura: 25 de outubro de 2021. -09:00 |
|--|--|

- 5.4. Não será admitida a remessa postal dos envelopes de habilitação e propostas de preços.
- 5.5. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no endereço da Comissão mencionado no preâmbulo deste Edital, até 10 (dez) dias úteis após a publicação da Resenha de Contrato, após esse período serão destruídos pela Comissão Permanente de Licitação.
- 5.6. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.
- 5.7. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente Edital, deve a mesma fazer prova à exigência, dentro do envelope, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento.
- 5.8. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação ou proposta, salvo as situações previstas no art. 48, §3º da Lei 8.666/93 e aqueles pertinentes a regularidade fiscal destinadas as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.
- 5.9. Caso o envelope com a indicação externa "Proposta de Preços" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará a empresa licitante automaticamente excluída, independentemente do conteúdo do outro envelope.
- 5.10. A impugnação de interessados contra os documentos e as ofertas apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciadas para representar as empresas licitantes em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão ser entregues em envelope separado, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme indicado no item 7.2 deste edital, deverão ainda:
 - 6.1.1. Estar em nome do licitante, com um único número de CNPJ;
 - 6.1.2. Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
 - 6.1.3. Ser apresentados em original, cópia, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por servidor da Comissão Permanente de Licitações (CPL) ou cartório.
- 6.2. Quando se tratar de certidões com prazo de validade em, onde a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias que antecederem a data da abertura das propostas.
- 6.3. Para participar da presente licitação a empresa deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:
 - 6.3.1. Habilitação jurídica;
 - 6.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista;
 - 6.3.3. Qualificação econômica e financeira;
 - 6.3.4. Qualificação técnica;
 - 6.3.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.
- 6.4. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
 - 6.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



Proc. 003/2021
Pág. 092

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 6.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 6.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.4.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 6.4.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 6.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 6.4.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 6.4.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 6.4.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 6.4.10. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 6.4.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 6.5. A **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 6.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 6.5.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, através de Consulta Pública ao Cadastro Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, expedido pelo Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (Sintegra), comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 6.5.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 6.5.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;



Proc. 0063/2021
Pág. 093

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 6.5.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
- a) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 6.5.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 6.5.7. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 6.6. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 6.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ou sociedade COOPERATIVA enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 6.8. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 6.8.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, no domicílio, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 6.8.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- a) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- b) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social (Acórdão TCU nº 484-12-2007 – Plenário).
- c) Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



Proc 0083/COE1
Pág. 094

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

d) As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 1774, de 22 de dezembro de 2017, que institui a Escrituração Contábil Digital - ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas - Brasileiras - ICP - Brasil.

6.8.3. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

6.8.4. Para facilitar a análise boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empresa apresente memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

6.8.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

6.9. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

6.9.1. Certidão de registro de regularidade de situação junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em nome da licitante, na qual conste responsável técnico, Engenheiro Civil, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante.

a) Quando a licitante for registrada fora do Estado do Maranhão, caso vencedora, deverá apresentar o visto do CREA/MA, antes da assinatura do contrato.

6.9.2. Comprovação técnica-operacional da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, conforme segue:

a) No mínimo (01) um Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, compatível com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela relevante do objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, que comprovem que a licitante tenha executado serviços similares de porte e complexidade ao objeto deste projeto básico.



Proc. 0063/2021
Pág. 095

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- i. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão), obrigatoriamente, possuir a relação do(s) produto(s) ou serviços contendo no mínimo: descrição, unidade de medida e quantitativo(s) fornecido(s). O(s) atestado(s) ou declaração(ões) que não possuírem relação do(s) produto(s) ou serviços fornecido(s) será(ão) declarado(s) inválido(s.).
- 6.9.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, contendo o nome/razão social, CPF/CNPJ, endereço e telefone, ou qualquer outra forma para que a Comissão possam valer-se através de contato com os atestadores. Deverá(ão) estar assinado(s) ou rubricado(s), contendo o nome do emitente que o(s) subscreve(em).
- a) É facultada a Comissão ou autoridade superior, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a veracidade das informações apresentada(s) no(s) atestado(s)/declaração(ões), consoante autoriza do §3º do art. 43 da Lei 8.666/1993.
- 6.9.4. Comprovação técnica-profissional do responsável técnico para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, conforme segue:
- a) Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica-profissional, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), em nome de profissional(is) de nível superior em Engenharia Civil, Geólogo ou Engenheiro de Minas, Engenheiro Eletricista legalmente habilitado(s), integrante(s) do quadro permanente da empresa licitante, comprovando a sua responsabilidade técnica na execução de serviços de construção compatíveis em características e quantidades.
- 6.9.5. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, contendo o nome/razão social, CPF/CNPJ, endereço e telefone, ou qualquer outra forma para que a Comissão Permanente de Licitação e equipe de apoio possam valer-se através de contato com os atestadores. Deverá(ão) estar assinado(s) ou rubricado(s), contendo o nome do emitente que o(s) subscreve(em).
- 6.9.6. Para a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante deve-se admitir a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), contrato social da licitante, contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.
- 6.9.7. Quando se tratar de sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da empresa ou Certidão do CREA, devidamente atualizados;
- 6.9.8. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.
- 6.10. Deverá ser apresentado ainda pelo licitante:
- 6.10.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988 emitida pelo representante legal do licitante, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional, conforme modelo constante do Anexo IV;
- 6.11. Certificado de Registro Cadastral (CRC), emitido pela Prefeitura Municipal de Cedral – MA, nos termos do art. 22, §2 da Lei 8.666/93.
- 6.12. O licitante enquadrado como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:
- 6.12.1. da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e
- 6.12.2. da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício
- 6.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 6.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc 00631/COZ1
Pág. 098

- 6.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 6.14.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 6.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 6.15.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 6.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 6.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 6.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 6.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, especialmente quanto ao capital social ou patrimônio líquido mínimo, quando assim o edital exigir, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 6.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 6.19.2. A documentação exigida para habilitação deverá ser entregue a Comissão, com as seguintes recomendações:
- Todos os documentos necessários para habilitação deverão obedecer rigorosamente à ordem sequencial listada no item 9 deste edital.
 - Os documentos deverão estar grampeados ou encadernados, enumerados em ordem crescente e rubricados pela empresa licitante.
- 6.19.3. O não cumprimento ao disposto no item anterior deste edital, não inabilitará a empresa licitante, mas impedirá a mesma de manifestar quaisquer recursos e/ou alegações sobre a inexistência de documento(s) exigido(s) para a sua própria habilitação.
- 6.20. Os documentos relativos a Habilitação, deverão ser apresentados, obrigatoriamente, da seguinte forma:
- Documento(s) original(is); ou
 - Cópia(s) do(s) documento(s) devidamente autenticado(s) por servidor da Comissão Permanente de Licitação - CPL, mediante a apresentação do(s) documento(s) original(is) para confronto (frente e verso (este último, se houver)); ou
- Em atendimento a Lei Federal 13.726, de 8 de outubro de 2018, todos os documentos para de Credenciamento e Habilitação Jurídica, poderão ser apresentados por simples cópias, devidamente acompanhadas de seus originais, para conferência de suas autenticidades pela própria Comissão de Licitação;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0023/2021
Pág. 097

- ii. A empresa licitante que optar pela forma disposta neste item, de preferência, com vistas a não atrasar o bom andamento da sessão, poderá comparecer na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, com endereço informado no rodapé deste edital, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 09:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas), munido do(s) documento(s) original(is) juntamente com a(s) respectiva(s) cópia(s) a ser(em) autenticada(s), até 1 (um) dia antes da data marcada para abertura dos envelopes.
- c) Cópia(s) do(s) documento(s) devidamente autenticado(s) em cartório {frente e verso (este último, se houver)}.
- 6.21. Disposições gerais sobre habilitação:
- 6.21.1. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;
- 6.21.2. Para fins de habilitação, a verificação por esta Prefeitura Municipal, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;
- 6.21.3. Caso haja divergência entre os números do CNPJ mencionados na proposta e nos documentos exigidos, tal situação somente será aceita se os tributos forem recolhidos de forma centralizada, sendo que essa informação deverá constar do próprio documento ou ser comprovada através de declaração do órgão expedidor, a qual deverá acompanhar os documentos de habilitação;
- 6.21.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os documentos que, pela sua natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz;
- 6.21.5. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentado pelo Decreto Nº 6.204/2007;
- 6.21.6. As certidões e os documentos expedidos pela internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor, a ser feita pela Comissão, portanto, no caso de apresentação de certidões por meio de cópias, estas não precisarão ser autenticadas.
- 6.21.7. Todos os documentos a serem confeccionados pela proponente, ou através dos modelos fornecidos por esta Prefeitura Municipal ou através de modelos já utilizados pela proponente, deverão, obrigatoriamente, emitidos em papel timbrado da empresa licitante, possuindo razão social, número do CNPJ, endereço completo, telefone (se houver), fax (se houver) e endereço eletrônico e-mail (se houver). Os referidos documentos deverão ainda, estar assinados ou rubricados pelo representante legal contendo o nome completo do mesmo.
- 6.21.8. Não será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 48, §3º da Lei 8.666/93 e no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, conforme segue:
- a) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames Licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- b) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.



Proc. 000312021
Pág. 098

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 6.21.9. Se a documentação de habilitação estiver expirada, não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, a Comissão considerará a empresa licitante inabilitada.
- 6.21.10. A falsidade das declarações prestadas pela empresa licitante caracteriza crime previsto no artigo 299 do Código Penal, sujeitando-se ainda às sanções administrativas previstas neste edital, bem como demais legislações vigentes.
- 6.21.11. A empresa licitante arcará com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação da documentação para habilitação.
- 6.22. Todos os documentos habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa (Brasil), efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registros no Cartório de Tributos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa (Brasil), também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Tributos e Documentos.

7. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

- 7.1. A empresa licitante poderá enviar um representante legal, para realizar a visita ao local dos serviços e constatar as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.
- 7.2. O representante legal da empresa licitante que efetuar a visita ao local dos serviços, será acompanhado por servidor(a) público(a), o qual mostrará o(s) local(is) exato(s) onde será(ão) executado os serviços. Para tanto, deverá comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Cedral, em dias úteis, de 2ª - a 6ª feira, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas).
- 7.3. O(a) servidor(a) público(a) municipal comprovará a realização da visita in loco, através de assinatura ou rubrica na declaração expedida pela empresa licitante (Modelo no anexo XXII deste edital). A referida declaração será juntada à documentação de habilitação, nos termos do inciso III do Artigo 30, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- 7.4. A empresa licitante que não enviar representante legal para realizar a visita ao local dos serviços e constatar as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, deverá, obrigatoriamente, expedir declaração em modelo próprio de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços, não cabendo possíveis alegações futuras da impossibilidade de execução do contrato.

8. DAS GARANTIAS DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9. PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1. As propostas de preços deverão ser entregues, obrigatoriamente, em envelope separado, devidamente fechado e rubricado no fecho e identificado. Deverá ser entregue em uma via eletrônica em suporte PENDRIVE e uma via em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou omissões, encadernada ou grampeada e numerada sequencialmente (número de folhas e número total), devidamente datada, devendo estar rubricadas e a última folha assinada por representante legal da empresa, da forma descrita abaixo:
- 9.1.1. Proposta de Preços, Anexo VI;
- 9.1.2. A proposta de preço enumerada no item 10.1 deste edital, deverá conter, obrigatoriamente, o que segue:
- a) Número da Tomada de Preço, nome ou Razão Social do proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do banco, agência e conta corrente para fins de pagamento), qualificação completa do responsável pela assinatura



Proc 00631/2021
Pág. 099

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- do contrato (nome completo, CPF, RG, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo);
- b) Discriminação detalhada dos itens ofertados, a quantidade solicitada, preços unitário e total de cada item e valor total da proposta (somatório dos totais de cada item), expressos em reais, com duas casas decimais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas decorrentes do fornecimento do objeto.
- 9.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional do País (Real – R\$), possuindo apenas duas casas decimais após a virgula, serão irrealizáveis, ressalvadas as exceções previstas neste edital.
- 9.3. Preço unitário e total do item em algarismo arábico, preço total da proposta de preços em algarismo arábico e por extenso;
- 9.4. O prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo a Administração solicitar a prorrogação do prazo de validade da proposta, sendo facultada ao licitante a aceitação, as propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos.
- 9.5. Prazo de execução será de acordo com o constante no projeto básico – Anexo I;
- 9.6. O PENDRIVE deverá estar contido dentro do ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA DE PREÇOS e corresponder à cópia fiel da Proposta de Preços impressa da licitante, com as planilhas de preços gravadas em Excel (“.xls”) ou em programas ou formatos semelhantes, devido à utilização de sistema computadorizado, sendo que a não apresentação desta planilha nos moldes requeridos gerará a desclassificação da proposta;
- 9.7. As quantidades dos serviços da proposta não poderão ser inferiores ao total previsto no Projeto Básico, sob pena de desclassificação.
- 9.8. A classificação da proposta será efetuada pelo critério de menor preço global, porém, todos os preços unitários de cada item, devem, obrigatoriamente, ser inferiores aos estimados no preço de referência.
- 9.9. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 9.10. Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração pelo fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços objeto desta licitação, incluindo todos os tributos e demais despesas, seja qual for o seu título ou natureza, tais como fretes, encargos sociais, trabalhistas e fiscais, despesas de transporte, locomoção, estadia, alimentação e quaisquer outras, segundo a legislação em vigor, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.
- 9.11. Serão desclassificadas as propostas de preços, que:
- 9.11.1. Não atenderem, integralmente, a todas às exigências do presente edital, que sejam omissas, não apresentarem a proposta de preços e/ou resumo da proposta de preços ou demais exigências relacionadas no item “10.1”, apresentem irregularidades ou defeitos, omitirem dados requeridos, apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, apresentarem divergências entre os preços em algarismos numéricos e extensos e ainda apresentarem erros aritméticos.
- 9.11.2. Não especificarem detalhadamente o(s) produtos/serviços ofertado(s).
- 9.11.3. Apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem aos produtos/serviços de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.11.4. Apresentarem preços finais excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- a) São considerados excessivos os preços cotados que, ultrapassa o valor total estimado;



Proc. 00637/2021
Pág. 100

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- b) Apresentarem preços manifestamente inexequível, assim considerado aquele inferior a somatória do custo da aquisição/produção mais os encargos legais;
- c) Apresentarem preços unitário superiores aos estimados nos preços de referências, mesmo que o critério de julgamento seja empreitada por preço global.
- d) É facultado à Comissão Permanente de Licitação, quando necessário e antes de desclassificar a proposta de preços ofertado, suspender a sessão e requerer à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).
- 9.11.5. Cotarem quantidade(s) do(s) item(ns) inferior(es) ou superior(es) ao(s) quantitativo(s) definido(s) no Projeto Básico, Anexo I deste edital.
- 9.12. Disposições Gerais sobre as Propostas de Preços:
- 9.12.1. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a assinatura do contrato, ficam as empresas licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 9.12.2. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no neste Edital, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à esta Prefeitura Municipal, nem poderá onerar o objeto desta Tomada de Preço, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Municipal.
- 9.12.3. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos e a prestação dos serviços serem entregues sem ônus adicionais.
- 9.12.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que, importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pela Comissão Permanente de Licitação.
- 9.12.5. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será da exclusiva e da total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 9.12.6. Na hipótese de o procedimento licitatório vir a sofrer suspensão, o prazo de validade da proposta de preços fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que o referido processo permanecer suspenso.
- 9.12.7. Os quantitativos constantes no Projeto Básico são estimativos, não cabendo a esta Prefeitura Municipal o compromisso de adquiri-los em sua totalidade.
- 9.12.8. Se todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar as empresas licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para representação de outra, escoimada da causa que ensejou a desclassificação, conforme preceitua o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 9.12.9. A descrição de todos os dados da proposta e a juntada de toda a documentação exigida para habilitação, é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.
- 9.12.10. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer empresa licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte da empresa licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente de Licitação do disposto no Art. 97 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10. ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

Prefeitura Municipal de Cedral – CNPJ: 06.235.006/0001-24
Praça Gov. Newton Bello, nº 66, Centro– CEP: 65.260-000, Cedral, Maranhão, Brasil
E-mail: CPL.CEDRAL.MA@GMAIL.COM | Home Page: www.cedral.ma.gov.



Proc 0063/2021
Pág. 101

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.1. O presente certame será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido pelo art. 43 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.1.1. Abertura dos envelopes documentação:

- a) No local, hora e dia designados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes que comparecerem e demais pessoas que desejarem assistir o ato, a Comissão Permanente de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes documentação e proposta, os quais serão rubricados pelos membros e licitantes, procedendo, a seguir, à abertura do envelope documentação;
- b) Os documentos contidos nos envelopes "Habilitação" serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como, pelos proponentes.
- c) Caso seja necessária a interrupção e/ou suspensão da sessão para análise, validação e confirmação de certidões e/ou quaisquer averiguações ou diligências decorrentes de fatos supervenientes, destacando-se estes, a visita in loco na sede das empresas licitantes participantes do certame para fins de comprovação da existência de endereço físico, os autos do processo ficarão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação - CPL, bem como o(s) envelope(s) "Proposta de Preços", contendo o(s) preço(s) do objeto ora licitado da(s) empresa(s) lacrado(s) e inviolados. O presidente da CPL designará nova data para a continuação dos trabalhos.
- d) Qualquer manifestação deverá ser feita durante a fase de abertura do envelope "Habilitação", através da pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente, sendo inserida em ata, a pedido das partes, toda e qualquer observação ou declaração pertinente, a qual será assinada pelos membros da Comissão e empresas licitantes presentes.
- e) O julgamento da documentação para habilitação das proponentes será realizado no dia designado no preâmbulo deste edital. Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, a mesma será suspensa, publicando-se o resultado no órgão de imprensa oficial para conhecimento de todos os participantes.
- f) Os envelopes proposta, das empresas inabilitadas, ficarão à disposição das mesmas, após decorrido o prazo para interposição de recurso ou julgado, se for o caso, este, ou ainda se todas as empresas licitantes desistirem de interpor recurso.

10.1.2. Critérios para julgamento da documentação:

- a) Serão inabilitados à presente licitação as empresas licitantes, que:
 - i. Apresentarem documentação incompleta ou com borrões, ilegível, com rasuras, cancelamento em partes essenciais, sem a devida ressalva, bem como expedirem declarações falsas ou em desacordo com o item 7.10.10 deste edital.
 - ii. Não possuírem endereço físico, ou apresentar fotografias que não correspondam integralmente a realidade constatada in loco pela Comissão Central de Licitação, ou o local e instalações serem inadequados e compatíveis para o exercício do ramo de atividade.
 - iii. Não atenderem ou preencherem todas as condições exigidas no item 7 deste edital.
- b) Se todas as proponentes forem inabilitadas, a administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação.

10.1.3. Abertura dos envelopes proposta:

- a) Os envelopes proposta das proponentes habilitadas serão abertos no mesmo local mencionado no preâmbulo do edital, após o resultado da fase de habilitação pela Comissão Permanente de Licitação, na mesma, se houver desistência expressa de interposição de recursos ou após decorrido o prazo para interposição de recursos ou



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0063/2021
Pág. 102

- judgados os interpostos, cuja data e horário será comunicada através do órgão de imprensa oficial.
- b) Uma vez abertas as propostas, estas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste edital e seus anexos.
 - c) Caso seja necessária a interrupção e/ou suspensão da sessão para análise, classificação e desclassificação das propostas de preços e/ou quaisquer averiguações ou diligências decorrentes de fatos supervenientes, os autos do processo ficarão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
 - d) As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelos proponentes e será procedida a sua leitura.
 - i. A análise das propostas de preços será acompanhada pelo engenheiro civil desta Prefeitura Municipal, juntamente com todos os integrantes da Comissão Permanente de Licitação.
 - e) Qualquer manifestação deverá ser feita durante a fase de abertura do envelope "Proposta de Preços", através de pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente, devendo toda e qualquer declaração pertinente constar da ata, que será assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos proponentes.
 - f) Se o julgamento não puder ser realizado durante a sessão de abertura, a sessão será encerrada, sendo o resultado publicado através da imprensa oficial.
- 10.1.4. Critérios para julgamento da proposta:
- a) Desclassificação:
 - i. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem integralmente a todas às exigências do presente edital, bem como àquelas que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, omitirem dados requeridos, apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes, apresentarem divergências nos preços em algarismos arábicos e extensos, apresentarem erros aritméticos.
 - ii. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem o preço unitário e/ou global superior ao valor estimado ou preço manifestamente inexequível.
 - 10.1.4.a.ii.1. Serão consideradas manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - 10.1.4.a.ii.1.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
 - 10.1.4.a.ii.1.2. Valor orçado pela administração.
 - iii. Se todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar as empresas licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para representação de outra, escoimada da causa que ensejou a desclassificação.
 - b) Classificação:
 - i. Após o exame das propostas, a Comissão Central de Licitação fará a classificação das mesmas, que atendam integralmente o edital, da seguinte forma:



Proc. 00312001
Pág. 103

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 10.1.4.b.i.1. A classificação se fará pela ordem crescente de preços, levando-se em consideração o menor preço, observando-se o disposto no item 11.2 deste edital.
- 10.2. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, na seguinte forma:
- 10.2.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.
- b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:
- i. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- ii. Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no item 12.2.1.3, alínea "a" deste edital serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- iii. 12.2.1.3.3, No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.3. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:
- 10.3.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 10.3.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 10.3.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 30, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores;
- 10.3.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores;
- 10.3.5. Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 32 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores;
- 10.3.6. Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- 10.3.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 10.3.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



Proc 0063/2001
Pág. 104

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 10.3.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 10.4. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

11. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 11.1. Após a análise da proposta de preços, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, e houver proposta de MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 11.1.1. A MICROEMPRESA ou a EMPRESA DE PEQUENO PORTE mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto desta Tomada de Preço;
- a) Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.
- 11.2. Não sendo vencedora a MICROEMPRESA ou a EMPRESA DE PEQUENO PORTE mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, será convocado as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 11.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição será feito um sorteio, convocando-se a vencedora para a apresentação de oferta final do desempate;
- 11.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;
- 11.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1. Dos atos da administração decorrentes da aplicação deste edital, cabem:
- 12.1.1. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:
- a) Habilitação ou inabilitação da empresa licitante;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação.
- 12.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- 12.1.3. Pedido de reconsideração, de decisão do Secretário Municipal Fazenda e Finanças desta Prefeitura Municipal, na hipótese do §3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0003/2001
Pág. 105

- 12.1.4. Recurso será dirigido ao Secretário Municipal Fazenda e Finanças desta Prefeitura Municipal por intermédio da Comissão Permanente de Licitação.
- 12.2. O recurso será dirigido ao Secretário Municipal Fazenda e Finanças desta Prefeitura Municipal, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.
- 12.3. O recurso previsto nos itens 12.1.1.1 e 12.1.1.2 deste edital terão efeito suspensivo, podendo o Secretário Municipal Fazenda e Finanças desta Prefeitura Municipal, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.
- 12.4. O(s) recurso(s) que for(em) interposto(s), será(ão) comunicado(s) as demais empresas licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 12.5. Os recursos e impugnações deverão ser apresentados na sala da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal, no endereço informado no preâmbulo deste edital, durante os dias úteis, das 09:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas).
- 12.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal, no endereço informado no preâmbulo deste edital, durante os dias úteis, das 09:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas).
- 12.7. A Comissão Permanente de Licitação fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, na própria sessão pública.
- 12.8. Serão rejeitadas as manifestações de recursos, cujas razões não possuam fundamentação de fato ou de direito e que sejam meramente protelatórias.
- 12.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Se não reconsiderar sua decisão, a Comissão Permanente de Licitação submeterá o recurso devidamente informado, à autoridade competente, que proferirá decisão definitiva.

13. HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Após o resultado do julgamento e conseqüentemente a adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora a Comissão Permanente de Licitação encaminhará os autos do processo ao Secretário Municipal Fazenda e Finanças desta Prefeitura Municipal para homologação.
- 12.2. Após a homologação do resultado da licitação, a empresa licitante vencedora, terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação por esta Prefeitura Municipal, para assinar o contrato.
- 12.3. Quando a empresa convocada não comparecer ou recusar, injustificadamente, a assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas ou ainda, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, será convocada outra empresa licitante para celebrar o contrato, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente.
- 12.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.
- 12.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito por esta Prefeitura Municipal.
- 12.6. A contratação formalizar-se-á mediante assinatura de instrumento particular, denominado "contrato", observadas as cláusulas e condições estabelecidas na minuta do contrato (anexo IX deste edital), e da proposta de preços vencedora.
- 12.7. É facultado a esta Prefeitura Municipal, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no item 13.2 deste edital (ressalvado o disposto no item 13.4 deste edital), não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as empresas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas



006310021
Pág. 106

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

condições propostas pelo 1º (primeiro) classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

- 12.8. Ocorrendo a manifestação de interposição de recurso, caberá à autoridade competente a adjudicação e homologação da licitação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Garantia de Manutenção da Proposta

15.1.1. A empresa participante deverá oferecer a título de garantia de manutenção da proposta, conforme o Art. 31, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a importância correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da obra, podendo optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - i. No caso de opção pela "caução em dinheiro", esta deverá ser efetuada através de transferência/depósito em banco na agência a ser informada pela Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal.
 - ii. No caso de opção pelo "título da dívida pública", este deverá estar acompanhado de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual esta informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.
- b) Seguro-garantia:
 - i. No caso da opção pelo "seguro-garantia" o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome desta Prefeitura Municipal, cobrindo o risco de quebra da proposta, pelo prazo da duração da proposta, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação desta Prefeitura Municipal. Deverá a apólice conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.
- c) Fiança bancária:
 - i. No caso de "fiança bancária", esta deverá ser, a critério do licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil. Deverá a carta de fiança bancária conter cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

15.1.2. A garantia de manutenção da proposta terá o prazo de validade de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data da entrega das propostas de preços;

15.1.3. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta e/ou prazo de validade da Garantia de Manutenção da Proposta (Fiança Bancária ou Seguro Garantia), a Comissão Permanente de Licitação - CPL poderá solicitar as empresas licitantes para revalidar por igual período, ambos os documentos sob pena de ser declarado desistente do feito licitatório; Nesse caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar as prorrogações solicitadas. Entretanto, no caso de concordância, serão mantidas todas as condições da proposta de preços apresentada.



Proc. 00631/2021
Pág. 107

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 15.1.4. A garantia de manutenção da proposta, será liberada para as empresas licitantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis após esgotada a fase de julgamento dos recursos, exceto para a empresa vencedora, onde esta será liberada após a assinatura do contrato.
- 15.2. Garantia da Execução do Contrato
- 15.2.1. A adjudicatária (empresa vencedora) quando convocada a assinar o contrato, prestará, obrigatoriamente, garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo ter validade de até 30 (trinta) dias além do prazo de vigência do contrato, estabelecido neste edital, podendo optar por uma das seguintes modalidades de garantia;
- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - i. No caso de opção pela "caução em dinheiro", esta deverá ser efetuada através de transferência/depósito em banco na agência a ser informada pela Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal.
 - ii. No caso de opção pelo "título da dívida pública", este deverá estar acompanhado de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual esta informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.
 - b) Seguro-garantia:
 - i. No caso da opção pelo "seguro-garantia" o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome desta Prefeitura Municipal, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação desta Prefeitura Municipal. Deverá a apólice conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.
 - c) Fiança bancária:
 - i. No caso de "fiança bancária", esta deverá ser, a critério do licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil. Deverá a carta de fiança bancária conter cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.
 - d) Esta Prefeitura Municipal poderá descontar do valor da garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela contratada, inclusive multas.
 - i. Se o desconto da garantia contratual se efetivar no decorrer do prazo contratual, a garantia deverá ser reintegrada no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada pela contratante na fatura de pagamento correspondente ao mês seguinte.
 - ii. Se a garantia for utilizada em pagamento de obrigação não cumprida ou de multa aplicada, após o devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a contratada se obrigará a depositar o montante da diferença do valor apurado, no máximo de 48hs (quarenta e oito horas), a contar da data em que for notificada por esta Prefeitura Municipal.
 - e) A garantia será restituída em 60 (sessenta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, devidamente atestadas pelo setor competente desta Prefeitura Municipal.

16. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL



Proc 003/2021
Pág. 108

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 16.1. O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas na minuta (anexo IX deste edital), estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste edital e seus anexos.
- 16.2. O presente edital e seus anexos, bem como a proposta da empresa licitante vencedora deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.
- 16.3. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as devidas justificativas, através de termo de aditamento.
- 16.4. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por esta Prefeitura Municipal, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a contratada deixe de cumprir com quaisquer das cláusulas do contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e no edital desta licitação.
- 16.5. O edital e seus anexos, bem como a proposta da empresa licitante vencedora da licitação, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

17. DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

- 17.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
 - a) cometer fraude fiscal;
 - b) apresentar documento falso;
 - c) fizer declaração falsa;
 - d) comportar-se de modo inidôneo;
 - e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
 - f) não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - h) não manter a proposta.
- 17.2. Para os fins da alínea "d", do item anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

18. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 18.1. Quaisquer pedidos de esclarecimento deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação até dois dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da Sessão Pública ao e-mail indicado no preâmbulo deste edital ou protocolados na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL em dias úteis no horário de atendimento informado no preâmbulo deste edital.
- 18.2. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar impugnação a este instrumento convocatório, nos termos do art. 12 do Decreto Federal Nº 3.555/2000. A impugnação deverá manifestada obrigatoriamente por escrito e protocolada na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL em dias úteis no horário de atendimento informado no preâmbulo deste edital.
- 18.3. Caberá a Comissão Permanente de Licitação decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no §1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000;
- 18.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 18.5. Acolhida a impugnação contra ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

Prefeitura Municipal de Cedral – CNPJ: 06.235.006/0001-24
Praça Gov. Newton Bello, nº 66, Centro— CEP: 65.260-000, Cedral, Maranhão, Brasil
E-mail: CPL.CEDRAL.MA@GMAIL.COM | Home Page: www.cedral.ma.gov.



Proc. 00631/2021
Pág. 109

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

20. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei no 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico.

22. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

22.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Em atendimento a Lei Federal 13.726, de 8 de outubro de 2018, todos os documentos para de Credenciamento e Habilitação Jurídica, poderão ser apresentados por simples cópias, devidamente acompanhadas de seus originais, para conferência de suas autenticidades pela própria Comissão de Licitação;

23.1.1. A empresa licitante que optar pela forma disposta neste item, de preferência, com vistas a não atrasar o bom andamento da sessão, poderá comparecer na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, com endereço informado no rodapé deste edital, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 09:00hs (nove horas) às 12:00hs (doze horas), munido do(s) documento(s) original(is) juntamente com a(s) respectiva(s) cópia(s) a ser(em) autenticada(s), até 1 (um) dia antes da data marcada para abertura dos envelopes.

23.2. As cópias dos documentos que não estiverem acompanhadas de seus originais, deverão ser autenticado (s) em cartório {frente e verso (este último, se houver)};

23.3. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular esta Tomada de Preço por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.3.1. A anulação da Tomada de Preço induz à do contrato.

23.3.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

23.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Prefeitura.

23.6. A Comissão Permanente de Licitação ou a Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá releva omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.



Proc 0063/2021
Pág. 110

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 23.7. As normas que disciplinam esta Tomada de Preço serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.8. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.
- 23.9. O licitante vencedor deverá manter atualizados, durante toda a contratação, todos os seus dados, como representantes, endereço, telefone, e-mail e outros meios de comunicação, sob pena de, não sendo devidamente informado por esta Prefeitura Municipal, as notificações/comunicações serem consideradas efetivamente realizadas.
- 23.10. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Cedral-MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 23.11. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através do Portal da Transparência www.cedral.ma.gov.br.
- 23.12. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

24. ANEXOS

| | |
|------------|---|
| Anexo I | Projeto Básico |
| Anexo II | Modelo de Carta Credencial |
| Anexo III | Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte |
| Anexo IV | Modelo de Declaração de Cumprimento do inciso XXXII do art. 7º, CF/88 |
| Anexo V | Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação |
| Anexo VI | Modelo de Proposta de Preços |
| Anexo VII | Minuta do Termo de Contrato |
| Anexo VIII | Modelo de Ordem de Compra e/ou Serviço |

Cedral – MA, 4 de outubro de 2021

Jose de Ribamar Barbosa
Secretaria Municipal de Fazenda e Infraestrutura



Proc. 0023/0021
Pág. 111

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE POÇOS NO MUNICIPIO DE CEDRAL-MA.



Proc. 0063/2021
Pg. 112

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MEMORIAL DESCRITIVO

1- OBJETIVO

O Projeto proposto, objetiva na manutenção corretiva de poços em diversos povoados do Município de Cedral, visando garantir a melhor qualidade no fornecimento de água às comunidades dentro dos padrões de potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde.

2 - SITUAÇÃO ATUAL

As localidades a passarem por intervenção de Manutenção Corretiva de Poços, hoje sofrem com constante falta d'água, pois os poços que deveriam fornecer água encontram-se interditados e outros atendem com insuficiência por falta de serviços de Manutenção. Diante desta situação boa parte da população utiliza-se de poços escavados tipo cacimbão e de águas captadas em igarapés e riachos para suas necessidades.

3 – JUSTIFICATIVA

Visa proporcionar a essas comunidades condições básicas de saneamento, disponibilizando água potável para o consumo humano, e doméstico diário, visando à melhoria da qualidade de vida dos seus usuários, como também viabilizar a implantação de projetos produtivos que dependem do uso da água (como hortas). Assim, justificando plenamente a implantação desses Sistemas nessas comunidades.

4 - POPULAÇÃO E ALCANCE DO PROJETO

O ano de implantação do sistema será 2021 e tem seu alcance previsto para o ano 2038. Para o cálculo da população atual, utilizou-se a taxa de ocupação recomendada pela CAEMA que é de 05 habitantes por domicílio e a projeção da população para o horizonte de projeto foi calculada utilizando-se a taxa de crescimento anual do Estado do Maranhão entre 1991 e 2010 (IBGE) de 1,59%.

5 - ASPECTOS GERAIS

As famílias que habitam a sede e povoados utilizam-se da água de poços rasos escavados para atender às suas necessidades, sem que sejam tomadas as devidas precauções para proteger sua própria saúde.

6 - DADOS POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO

De acordo com informações do IBGE a população do município para o ano de 2020 foi de 10.297 habitantes. A população das localidades que serão beneficiadas por este projeto foi levantada pela Secretaria de Saúde através do programa PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Os bairros e povoados não possuem rede coletora de esgotos sanitários e as residências não possuem instalações sanitárias adequadas, sendo que a população se utiliza de fossas negras ou lança seus dejetos a céu aberto. Tal procedimento constitui-se em risco a saúde pública e ao meio ambiente.

A área conta com energia elétrica fornecida pela EQUATORIAL.



Proc 0063/2021
Pág. 113

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7 - PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

Para execução de todas as obras, objeto deste projeto básico, considerando que as mesmas serão executadas concomitantemente, estima-se a necessidade de 180 (Cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço autorizando o início dos serviços.

8 - EQUIPE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

Responsável Técnico:

José Rafael Gonçalves Moraes

Engenheiro Civil

CREA: 111738019-0/MA.

Email: rmoraes25@hotmail.com

(98)984072375

9- PREÇO ESTIMADO

O valor estimado da contratação dos serviços é de R\$ 202.816,56 (Duzentos e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos), conforme planilha orçamentária em anexo.

10- ORIENTAÇÃO GERAL

O proprietário manterá no canteiro de obras engenheiros ou prepostos seu, devidamente credenciado junto ao construtor, e sempre adiante designados pela fiscalização, com autoridade para exercer, em nome do proprietário, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras e serviços de construção.

As relações mútuas entre o proprietário e o construtor serão mantidas por intermédio da fiscalização. Quaisquer modificações que porventura venham a surgir durante o andamento das obras só poderão ser executadas mediante prévia autorização da fiscalização devidamente habilitada. O construtor é obrigado a facilitar a meticulosa fiscalização dos materiais e execução das obras e serviços, facultando à fiscalização, o acesso a todas os trechos de recuperações das estradas. Obriga-se do mesmo modo, a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à construção.


11- RESPONSABILIDADE E GARANTIA

O Construtor assumirá integral responsabilidade pela perfeita execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com este caderno, instruções de concorrência e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização dos ditos trabalhos durante o período de 01 (um) ano.



110 0063/2021
Pág. 114

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | | |
|---|--|-------|--------|---------------|-----------------|---|-----------------|----------------|
| PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL/MA Objeto: MANUTENÇÃO CORRETIVA DE POÇOS NO MUNICÍPIO DE CEDRAL Local: DIVERSOS POVOADOS Referência - Data/Base: SINAPI - 07/2021 | | | | BDI: 24,23% | |  Prefeitura Municipal de CEDRAL Trabalhando a gente faz! | | |
| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | | |
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANT. | REF. | CÓDIGO | P. UNIT. | P. UNIT. C/ BDI | TOTAL |
| 1.0 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | | 25.076,57 |
| 1.1 | Administração Local | mês | 6,00 | COMP. PRÓPRIA | | 3.329,60 | 4.136,36 | 24.818,17 |
| 1.2 | Capina e limpeza manual de terreno com pequenos arbustos | m² | 100,00 | SINAPI | 98524 | 2,08 | 2,58 | 258,40 |
| 2.0 | DESENVOLVIMENTO, LIMPEZA, TESTE E DESINFECÇÃO | | | | | | | 41.264,19 |
| 2.1 | Limpeza, Escovamento e Pistoneamento | h | 35,00 | CAEMA | 240425 + 240443 | 290,29 | 360,63 | 12.621,95 |
| 2.2 | Desenvolvimento com bomba submersa e gerador | h | 20,00 | COMP. PRÓPRIA | | 270,72 | 336,32 | 6.726,31 |
| 2.3 | Teste de Vazão com bomba submersa e gerador (24 horas) | h | 35,00 | COMP. PRÓPRIA | | 270,72 | 336,32 | 11.771,04 |
| 2.4 | Teste Escalonado com bomba submersa e gerador (8 horas) | h | 20,00 | COMP. PRÓPRIA | | 270,72 | 336,32 | 6.726,31 |
| 2.5 | Fornecimento e aplicação do produto para limpeza | kg | 40,00 | CAEMA | 240488 | 60,11 | 74,67 | 2.986,99 |
| 2.6 | Desinfecção do poço | m³ | 7,00 | CAEMA | 240446 | 49,63 | 61,66 | 431,59 |
| 3.0 | COMPLEMENTOS | | | | | | | 2.502,95 |
| 3.1 | Fornecimento de cap fêmea ou ponteira | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 224,19 | 278,51 | 278,51 |
| 3.2 | Fornecimento de tampa de poço cap macho | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 224,20 | 278,52 | 278,52 |
| 3.3 | Laje de Proteção do Poço em concreto simples fabricado na obra, fck=21 mpa Inçado e adensado | m² | 0,80 | COMP. PRÓPRIA | | 446,27 | 554,40 | 443,52 |
| 3.4 | Proteção Sanitária | m² | 0,70 | CAEMA | 240422 | 307,38 | 381,86 | 267,30 |
| 3.5 | Análise Físico Química e Bacteriológica da Água | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 632,25 | 785,44 | 785,44 |
| 3.6 | Tubo de recarga para completção do pré-filtro em PVC DN 50, roscável, com luvas em aço galvanizado | m | 15,00 | SINAPI | 89509 | 24,13 | 29,98 | 449,65 |
| 4.0 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E RECALQUE | | | | | | | 121.744,01 |
| 4.1 | BOMBA SUBMERSA | | | | | | | 92.986,49 |
| 4.1.1 | Bomba Submersa Fbama OP4 48PS3i (ou similar) 10 estágios 1CV monofásica 220V | und | 10,00 | COMP. PRÓPRIA | | 1.445,00 | 1.795,12 | 17.951,24 |
| 4.1.2 | Tubulação PVC aditivada 2" | m | 74,67 | CAEMA | 20402004 | 35,62 | 44,25 | 3.304,05 |
| 4.1.3 | Tubo PVC Roscavel 3/4, com luvas galvanizadas | m | 74,67 | COMP. PRÓPRIA | | 68,11 | 84,61 | 6.317,77 |
| 4.1.4 | Cabo elétrico cilíndrico 3 x 16mm² | m | 746,70 | COMP. PRÓPRIA | | 70,00 | 86,96 | 64.933,78 |
| 4.1.5 | Eletroduto FG 1" para cabo elétrico p/ painel de comando | m | 10,00 | SINAPI | 95751 | 38,61 | 47,97 | 479,65 |
| 4.2 | BARRILETE | | | | | | | 23.285,25 |
| 4.2.1 | Curva FG 90° 2" | und | 20,00 | COMP. PRÓPRIA | | 99,72 | 123,88 | 2.477,64 |
| 4.2.2 | União FG 2" | und | 20,00 | SINAPI | 12437 | 225,40 | 280,01 | 5.600,29 |
| 4.2.3 | Registro Bronze 2" | und | 10,00 | SINAPI | 74181/001 | 69,00 | 85,72 | 857,19 |
| 4.2.4 | TEE FG 2" | und | 10,00 | SINAPI | 92356 | 102,13 | 126,88 | 1.268,76 |
| 4.2.5 | Niple FG 2" | und | 10,00 | SINAPI | 92344 | 44,80 | 55,66 | 556,55 |
| 4.2.6 | Tubo FG 2" | m | 9,26 | SINAPI | 92341 | 86,99 | 108,07 | 1.001,12 |
| 4.2.7 | Válvula de Retenção Horizontal Bronze 2" | und | 10,00 | SEINFRA | 16055 | 111,44 | 138,44 | 1.384,42 |
| 4.2.8 | Curva FG 45° 2" | und | 10,00 | SINAPI | 1818 | 100,25 | 124,54 | 1.245,41 |
| 4.2.9 | Manômetro 0 A 200PSI (0 A 14kgf/cm²) D=50MM | und | 5,00 | SINAPI | 12899 | 90,15 | 111,99 | 559,97 |
| 4.2.10 | Hidrômetro de 2", turbina horizontal, Qmax 30m³/h. | und | 5,00 | SINAPI | 12778 | 1.341,69 | 1.666,78 | 8.333,91 |
| 4.3 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | | | | | | | 5.472,27 |
| 4.3.1 | Ramal de serviço em BT, monofásico, em cabo de cobre 25mm² com isolamento e cobertura em pvc, 0,6 kv. | m | 100,00 | COMP. PRÓPRIA | | 40,58 | 50,41 | 5.041,25 |
| 4.3.2 | Quadro de medição padrão Cemar, para BT monofásico, instalado em abrigo de alvenaria, a 1,50 m do piso, inclusive aterramento. | und | 1,00 | COMP-0359 | | 346,95 | 431,02 | 431,02 |
| 5.0 | CLORADOR | | | | | | | 1.018,44 |
| 5.1 | Hipoclorador / Bomba dosadora analógica de soluções, vazão de 0,5 à 15 l/h e pressão de 0 à 15 bar | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 609,57 | 757,27 | 757,27 |
| 5.2 | Instalação de clorador | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 210,23 | 261,17 | 261,17 |
| 6.0 | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO | | | | | | | 7.589,89 |
| 6.1 | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS | | | | | | | 3.041,24 |
| 6.1.1 | Adaptador PVC/R com Flange fixa DN 2" para caixa d'água | und | 2,00 | SINAPI | 00000100 | 41,07 | 51,02 | 102,04 |
| 6.1.2 | Tubo pvc, roscavel, 2", para água fria predial | m | 36,00 | SINAPI | 00009860 | 57,71 | 71,69 | 2.580,95 |
| 6.1.3 | Tubo pvc, roscavel, 1", água fria predial | m | 3,00 | SINAPI | 00009866 | 24,17 | 30,03 | 90,08 |
| 6.1.4 | Joelho 90 graus, pvc, soldável, dn 50mm, instalado em | und | 2,00 | SINAPI | 89501 | 12,42 | 15,43 | 30,86 |
| 6.1.5 | Curva pvc 90 graus, roscavel, 2", água fria predial | und | 2,00 | SINAPI | 00001942 | 47,31 | 58,77 | 117,55 |
| 6.1.6 | Luva simples, pvc, serie r, água pluvial, dn 50 mm, jun | und | 8,00 | SINAPI | 89545 | 12,05 | 14,97 | 119,76 |
| 6.2 | INSTALAÇÃO HIDRÁULICA DE DISTRIBUIÇÃO | | | | | | | 4.548,66 |
| 6.2.1 | Adaptador pvc soldável, com flanges e anel de vedação, 60 mm x 2", para caixa d'água | und | 4,00 | SINAPI | 00000100 | 41,07 | 51,02 | 204,09 |
| 6.2.2 | Tubo pvc, roscavel, 2", para água fria predial | m | 48,00 | SINAPI | 00009860 | 57,71 | 71,69 | 3.441,27 |
| 6.2.3 | Registro gaveta 2" bruto latão - fornecimento e instal | und | 4,00 | SINAPI | 94498 | 124,93 | 155,23 | 620,90 |
| 6.2.4 | Curva 90 graus, pvc, soldável, dn 50mm, instalado em | und | 4,00 | SINAPI | 89503 | 24,26 | 30,14 | 120,55 |
| 6.2.5 | Tê pvc/r dn 2" | und | 4,00 | SINAPI | 89625 | 20,15 | 25,03 | 100,13 |
| 6.2.6 | Joelho 90° pvc DN 2" | und | 4,00 | SINAPI | 89501 | 12,42 | 15,43 | 61,72 |
| 7.0 | SERVIÇOS FINAIS | | | | | | | 3.620,51 |
| 7.1 | Desmobilização de equipamento e equipe | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 2.736,36 | 3.399,38 | 3.399,38 |
| 7.2 | Limpeza final da obra | m² | 100,00 | ORSE | s02450 | 1,78 | 2,21 | 221,13 |
| TOTAL GERAL C/ BDI (24,23%) | | | | | | | | R\$ 202.816,56 |
| Importa o presente orçamento no valor de: Duzentos e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos. | | | | | | | | |
| Cedral 24 de agosto de 2021 | | | | | | | | |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

For 0003 C0C1
Pag 115

| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | | | |
|--|--|-------|--------|---------------|-----------------|--------------------------------|-----------------|------------|-----------------------|
| PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL/MA | | | | BDI: 24,23% | | Prefeitura Municipal de CEDRAL | | | |
| Objeto: MANUTENÇÃO CORRETIVA DE POÇOS NO MUNICÍPIO DE CEDRAL | | | | | | Trabalhando a gente faz! | | | |
| Local: DIVERSOS POZADOS | | | | | | | | | |
| Referência - Data/Base: SINAPI - 07/2021 | | | | | | | | | |
| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | | | | | | | | | |
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANT. | REF. | CÓDIGO | P. UNIT. | P. UNIT. C/ BDI | TOTAL | |
| 1.0 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | | 25.076,57 | |
| 1.1 | Administração Local | mês | 6,00 | COMP. PRÓPRIA | | 3.329,60 | 4.136,36 | 24.818,17 | |
| 1.2 | Capina e limpeza manual de terreno com pequenos arbustos | m² | 100,00 | SINAPI | 98524 | 2,08 | 2,58 | 258,40 | |
| 2.0 | DESENVOLVIMENTO, LIMPEZA, TESTE E DESINFECÇÃO | | | | | | | 41.264,19 | |
| 2.1 | Limpeza, Escovamento e Pistoneamento | h | 35,00 | CAEMA | 240425 + 240443 | 290,29 | 360,63 | 12.621,95 | |
| 2.2 | Desenvolvimento com bomba submersa e gerador | h | 20,00 | COMP. PRÓPRIA | | 270,72 | 336,32 | 6.726,31 | |
| 2.3 | Teste de Vazão com bomba submersa e gerador (24 horas) | h | 35,00 | COMP. PRÓPRIA | | 270,72 | 336,32 | 11.771,04 | |
| 2.4 | Teste Escalonado com bomba submersa e gerador (8 horas) | h | 20,00 | COMP. PRÓPRIA | | 270,72 | 336,32 | 6.726,31 | |
| 2.5 | Fornecimento e aplicação do produto para limpeza | kg | 40,00 | CAEMA | 240488 | 60,11 | 74,67 | 2.986,59 | |
| 2.6 | Desinfecção do poço | m³ | 7,00 | CAEMA | 240446 | 49,63 | 61,66 | 431,59 | |
| 3.0 | COMPLEMENTOS | | | | | | | 2.502,95 | |
| 3.1 | Fornecimento de cap fêmea ou ponteira | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 224,19 | 278,51 | 278,51 | |
| 3.2 | Fornecimento de tampa de poço cap macho | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 224,20 | 278,52 | 278,52 | |
| 3.3 | Laje de Proteção do Poço em concreto simples fabricado na obra, fck=21 mpa lãçao e adensado | m² | 0,80 | COMP. PRÓPRIA | | 446,27 | 554,40 | 443,52 | |
| 3.4 | Proteção Sanitária | m* | 0,70 | CAEMA | 240422 | 307,38 | 381,86 | 267,30 | |
| 3.5 | Análise Físico Química e Bacteriológica da Água | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 632,25 | 785,44 | 785,44 | |
| 3.6 | Tubo de recarga para completação do pré-filtro em PVC DN 50, rosçável, com luvas em aço galvanizado | m | 15,00 | SINAPI | 89509 | 24,13 | 29,98 | 449,65 | |
| 4.0 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E RECALQUE | | | | | | | 121.744,01 | |
| 4.1 | BOMBA SUBMERSA | | | | | | | 92.986,49 | |
| 4.1.1 | Bomba Submersa Ebara OP4 4BPS3i (ou similar) 10 estágios 1CV monofásica 220V | und | 10,00 | COMP. PRÓPRIA | | 1.445,00 | 1.795,12 | 17.951,24 | |
| 4.1.2 | Tubulação PVC aditivado 2" | m | 74,67 | CAEMA | 20402004 | 35,62 | 44,25 | 3.304,05 | |
| 4.1.3 | Tubo PVC Rosçável 3/4, com luvas galvanizadas | m | 74,67 | COMP. PRÓPRIA | | 68,11 | 84,61 | 6.317,77 | |
| 4.1.4 | Cabo elétrico cilíndrico 3 x 16mm² | m | 746,70 | COMP. PRÓPRIA | | 70,00 | 86,96 | 64.933,78 | |
| 4.1.5 | Eletroduto FG 1" para cabo elétrico p/ painel de comando | m | 10,00 | SINAPI | 95751 | 38,61 | 47,97 | 479,65 | |
| 4.2 | BARRILETE | | | | | | | 23.285,25 | |
| 4.2.1 | Curva FG 90° 2" | und | 20,00 | COMP. PRÓPRIA | | 99,72 | 123,88 | 2.477,64 | |
| 4.2.2 | União FG 2" | und | 20,00 | SINAPI | 12437 | 225,40 | 280,01 | 5.600,29 | |
| 4.2.3 | Registro Bronze 2" | und | 10,00 | SINAPI | 74181/001 | 69,00 | 85,72 | 857,19 | |
| 4.2.4 | TEE FG 2" | und | 10,00 | SINAPI | 92356 | 102,13 | 126,88 | 1.268,76 | |
| 4.2.5 | Nipite FG 2" | und | 10,00 | SINAPI | 92344 | 44,80 | 55,66 | 556,55 | |
| 4.2.6 | Tubo FG 2" | m | 9,26 | SINAPI | 92341 | 86,99 | 108,07 | 1.001,12 | |
| 4.2.7 | Válvula de Retenção Horizontal Bronze 2" | und | 10,00 | SEINFRA | 16055 | 111,44 | 138,44 | 1.384,42 | |
| 4.2.8 | Curva FG 45° 2" | und | 10,00 | SINAPI | 1818 | 100,25 | 124,54 | 1.245,41 | |
| 4.2.9 | Manômetro 0 A 200PSI (0 A 14kgf/cm²) D=50MM | und | 5,00 | SINAPI | 12699 | 90,15 | 111,99 | 559,97 | |
| 4.2.10 | Hidrometro de 2", turbina horizontal, Qmax 30m³/h. | und | 5,00 | SINAPI | 12778 | 1.341,69 | 1.666,78 | 8.333,91 | |
| 4.3 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | | | | | | | 5.472,27 | |
| 4.3.1 | Ramal de serviço em BT, monofásico, em cabo de cobre 25mm² com isolamento e cobertura em pvc, 0,6 kv. | m | 100,00 | COMP. PRÓPRIA | | 40,58 | 50,41 | 5.041,25 | |
| 4.3.2 | Quadro de medição padrão Cemar, para BT monofásico, instalado em abrigo de alvenaria, a 1,50 m do piso, inclusive aterramento. | und | 1,00 | COMP-0359 | | 346,95 | 431,02 | 431,02 | |
| 5.0 | CLORADOR | | | | | | | 1.018,44 | |
| 5.1 | Hipoclorador / Bomba dosadora analógica de soluções, vazão de 0,5 à 15 l/h e pressão de 0 à 15 bar | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 609,57 | 757,27 | 757,27 | |
| 5.2 | Instalação de clorador | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 210,23 | 261,17 | 261,17 | |
| 6.0 | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO | | | | | | | 7.589,89 | |
| 6.1 | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS | | | | | | | 3.041,24 | |
| 6.1.1 | Adaptador PVC/R com Flange fixa DN 2" para caixa d'água | und | 2,00 | SINAPI | 00000100 | 41,07 | 51,02 | 102,04 | |
| 6.1.2 | Tubo pvc, rosçável, 2", para água fria predial | m | 36,00 | SINAPI | 00009860 | 57,71 | 71,69 | 2.580,95 | |
| 6.1.3 | Tubo pvc, rosçável, 1", água fria predial | m | 3,00 | SINAPI | 00009866 | 24,17 | 30,03 | 90,09 | |
| 6.1.4 | Joelho 90 graus, pvc, soldável, dn 50mm, instalado em | und | 2,00 | SINAPI | 89501 | 12,42 | 15,43 | 30,86 | |
| 6.1.5 | Curva pvc 90 graus, rosçável, 2", água fria predial | und | 2,00 | SINAPI | 00001942 | 47,31 | 58,77 | 117,55 | |
| 6.1.6 | Luva simples, pvc, serie r, água pluvial, dn 50 mm, jun | und | 8,00 | SINAPI | 89545 | 12,05 | 14,97 | 119,76 | |
| 6.2 | INSTALAÇÃO HIDRÁULICA DE DISTRIBUIÇÃO | | | | | | | 4.548,66 | |
| 6.2.1 | Adaptador pvc soldável, com flanges e anel de vedação, 50 mm x 2", para caixa d'água | und | 4,00 | SINAPI | 00000100 | 41,07 | 51,02 | 204,09 | |
| 6.2.2 | Tubo pvc, rosçável, 2", para água fria predial | m | 48,00 | SINAPI | 00009860 | 57,71 | 71,69 | 3.441,27 | |
| 6.2.3 | Registro gaveta 2" bruto lato - fornecimento e instal | und | 4,00 | SINAPI | 94498 | 124,95 | 155,23 | 620,90 | |
| 6.2.4 | Curva 90 graus, pvc, soldável, dn 50mm, instalado em | und | 4,00 | SINAPI | 89501 | 24,26 | 30,14 | 120,56 | |
| 6.2.5 | TE PVC/r dn 2" | und | 4,00 | SINAPI | 89625 | 20,15 | 25,03 | 100,13 | |
| 6.2.6 | Joelho 90° PVC DN 2" | und | 4,00 | SINAPI | 89501 | 12,42 | 15,43 | 61,72 | |
| 7.0 | SERVIÇOS FINAIS | | | | | | | 3.620,51 | |
| 7.1 | Desmobilização de equipamento e equipe | und | 1,00 | COMP. PRÓPRIA | | 2.736,36 | 3.399,38 | 3.399,38 | |
| 7.2 | Limpeza final da obra | m² | 100,00 | ORSE | 502450 | 1,78 | 2,21 | 221,13 | |
| TOTAL GERAL C/ BDI (24,23%) | | | | | | | | | R\$ 202.816,56 |
| Importa o presente orçamento no valor de: Duzentos e dois mil, oitocentos e dezessais reais e cinquenta e seis centavos. | | | | | | | | | |
| Cedral 24 de agosto de 2021 | | | | | | | | | |



Proc 003 / COCL
 Pág 116

ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL/MA
 Objeto: MANUTENÇÃO CORRETIVA DE POÇOS NO MUNICÍPIO DE CEDRAL
 Local: DIVERSOS POVOADOS
 Referência - Data/Base: SINAPI - 07/2021



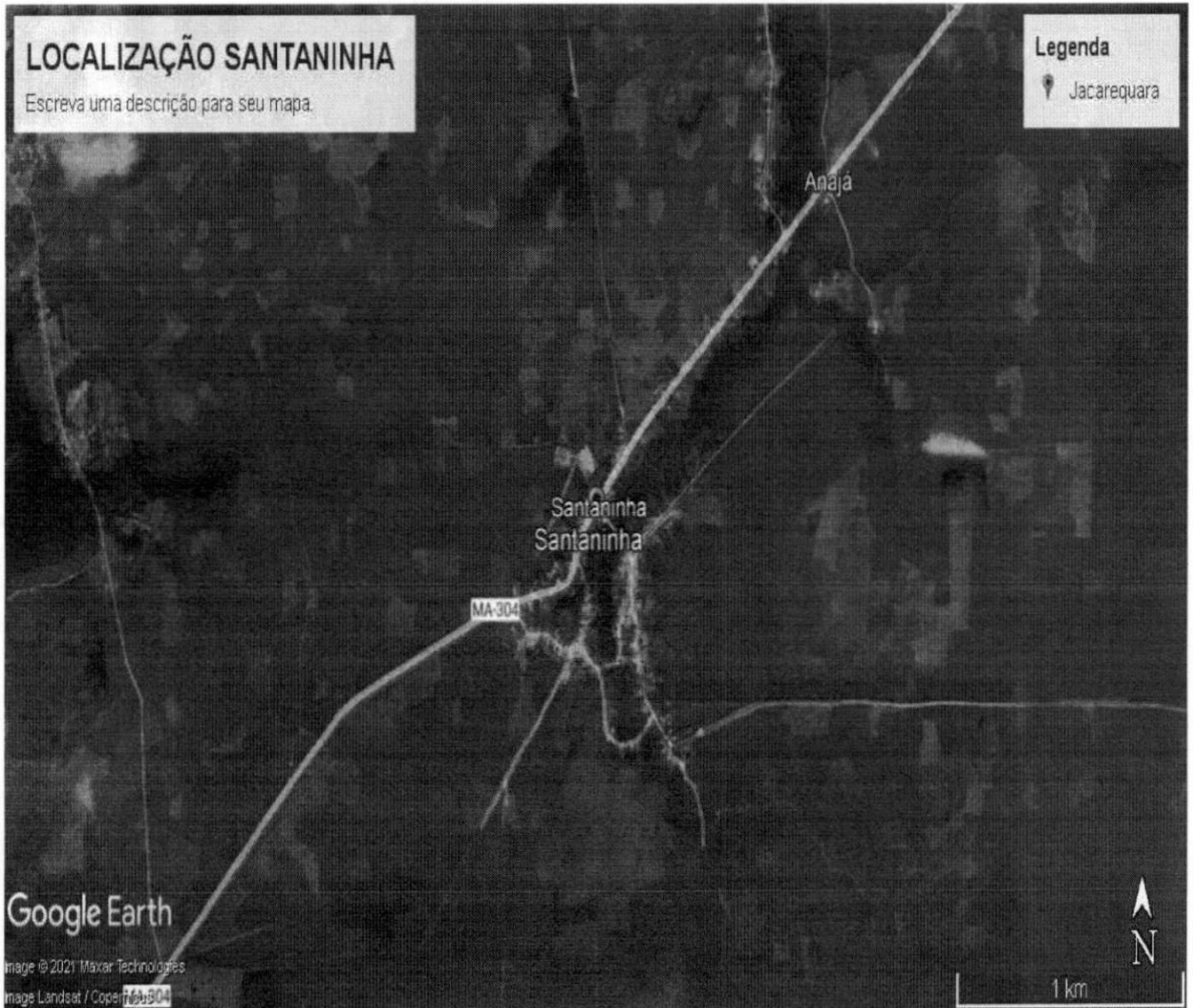
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

| ATIVIDADE | PRODUTO | TOTAIS | MÊS 01 | MÊS 02 | MÊS 03 | MÊS 04 | MÊS 05 | MÊS 06 |
|-----------|---|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1.0 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 25.076,57 | R\$ 25.076,57 | | | | | |
| | | 12,36% | 100,00% | | | | | |
| 2.0 | DESENVOLVIMENTO, LIMPEZA, TESTE E DESINFECÇÃO | 41.264,19 | R\$ 8.252,84 | R\$ 6.189,63 | R\$ 6.189,63 | R\$ 6.189,63 | R\$ 6.189,63 | R\$ 8.252,84 |
| | | 20,35% | 20,00% | 15,00% | 15,00% | 15,00% | 15,00% | 20,00% |
| 3.0 | COMPLEMENTOS | 2.502,95 | R\$ 500,59 | R\$ 500,59 | R\$ 500,59 | R\$ 500,59 | R\$ 500,59 | |
| | | 1,23% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | |
| 4.0 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E RECALQUE | 121.744,01 | | R\$ 24.348,80 | R\$ 24.348,80 | R\$ 24.348,80 | R\$ 24.348,80 | R\$ 24.348,80 |
| | | 60,03% | | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% |
| 5.0 | CLORADOR | 1.018,44 | | | R\$ 203,69 | R\$ 203,69 | R\$ 509,22 | R\$ 101,84 |
| | | 0,50% | | | 20,00% | 20,00% | 50,00% | 10,00% |
| 6.0 | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO | 7.589,89 | R\$ 1.517,98 | R\$ 1.517,98 | R\$ 4.553,94 | | | |
| | | 3,74% | 20,00% | 20,00% | 60,00% | | | |
| 7.0 | SERVIÇOS FINAIS | 3.620,51 | | | | | | R\$ 3.620,51 |
| | | 1,79% | | | | | | 100,00% |
| TOTAL | | 100,00% | 12,61% | 16,05% | 17,65% | 15,40% | 15,56% | 17,91% |
| | | R\$ 202.816,56 | R\$ 25.577,16 | R\$ 32.557,00 | R\$ 35.796,64 | R\$ 31.242,71 | R\$ 31.548,24 | R\$ 36.323,99 |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

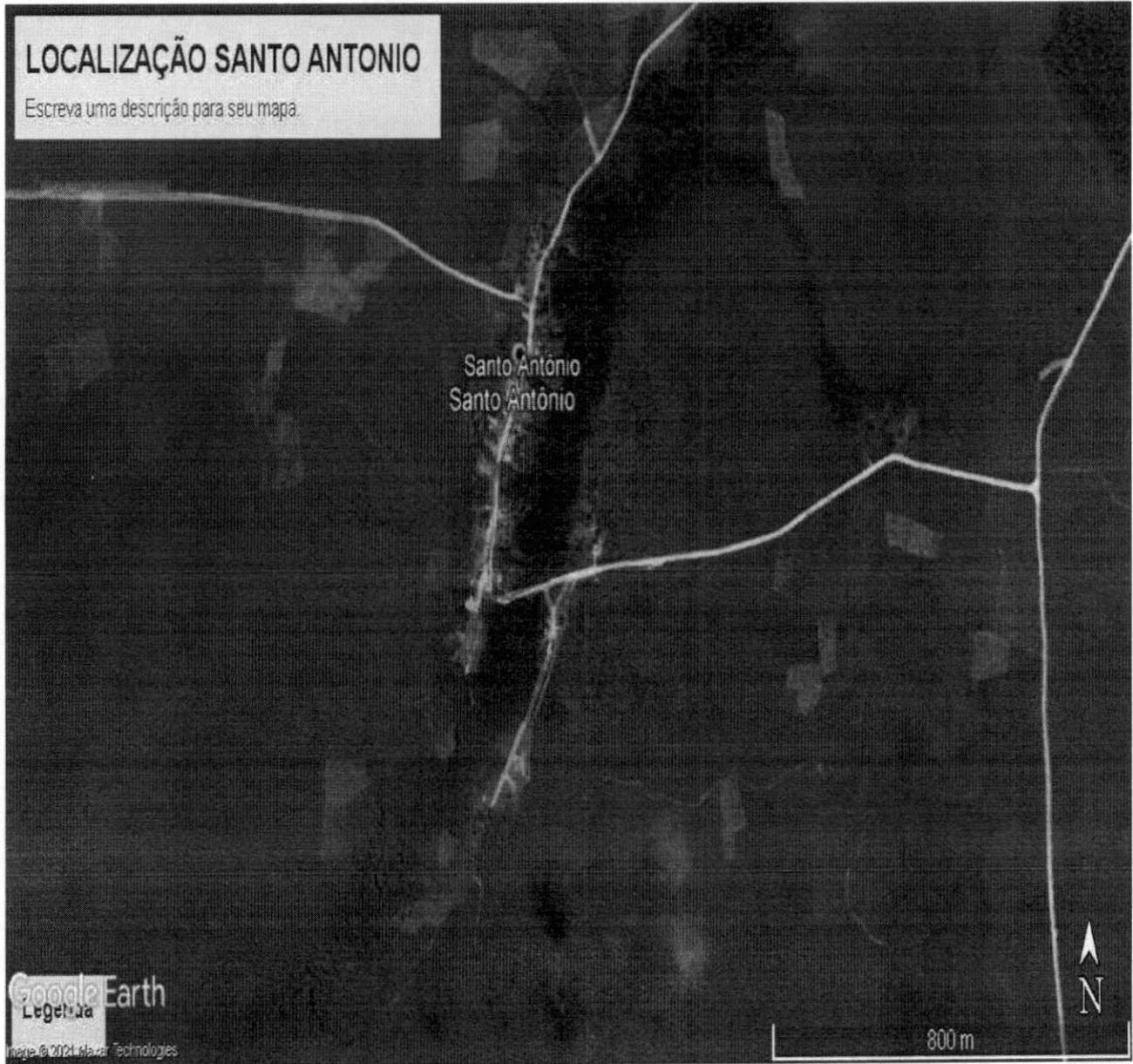
Proc. 00631/2021
Pág. 117





Proc. 0031/2021
Pág. 118

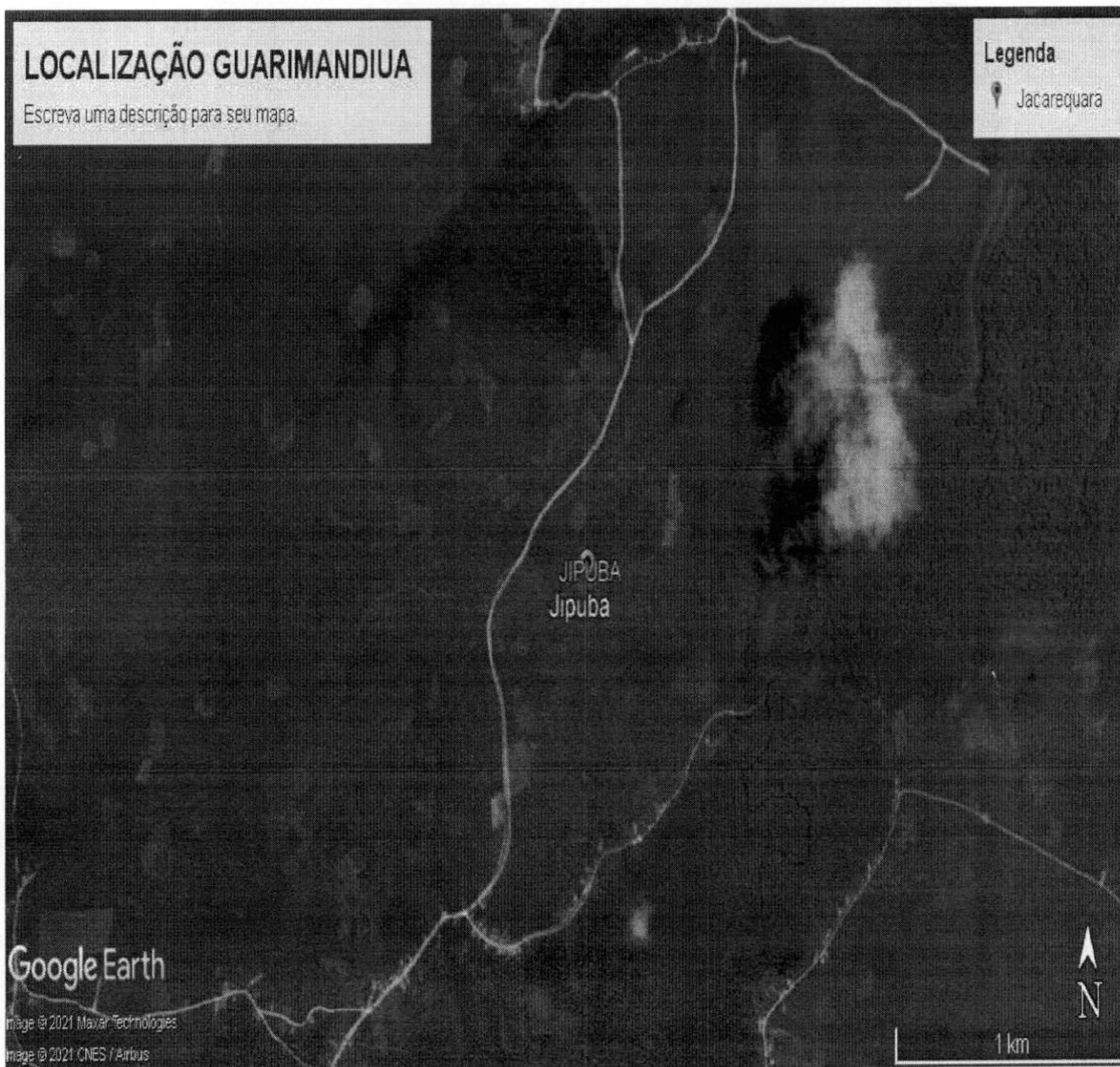
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO





Proc. 00031/2021
Pág. 119

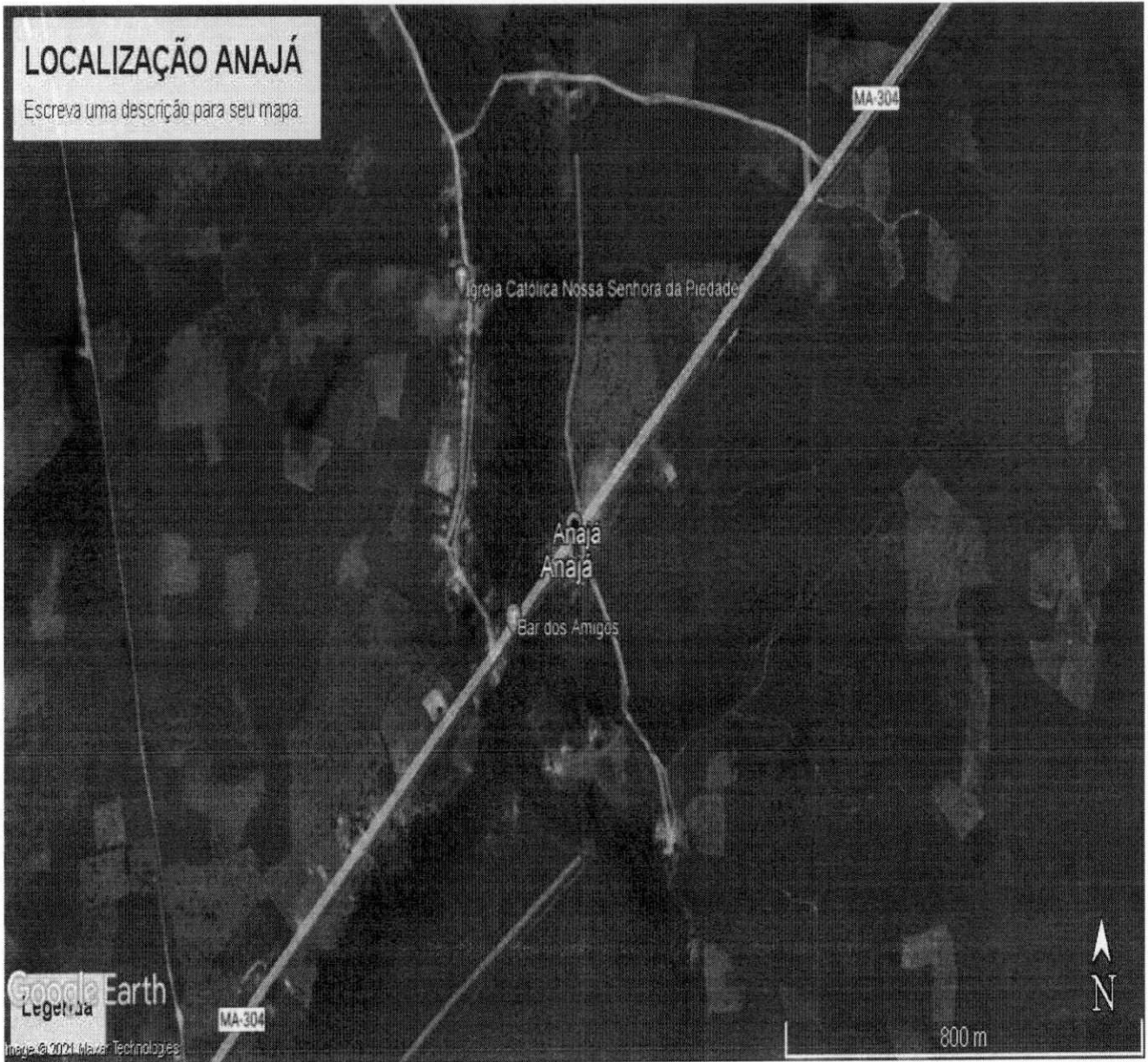
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO





Proc. 00631/2021
Pág. 120

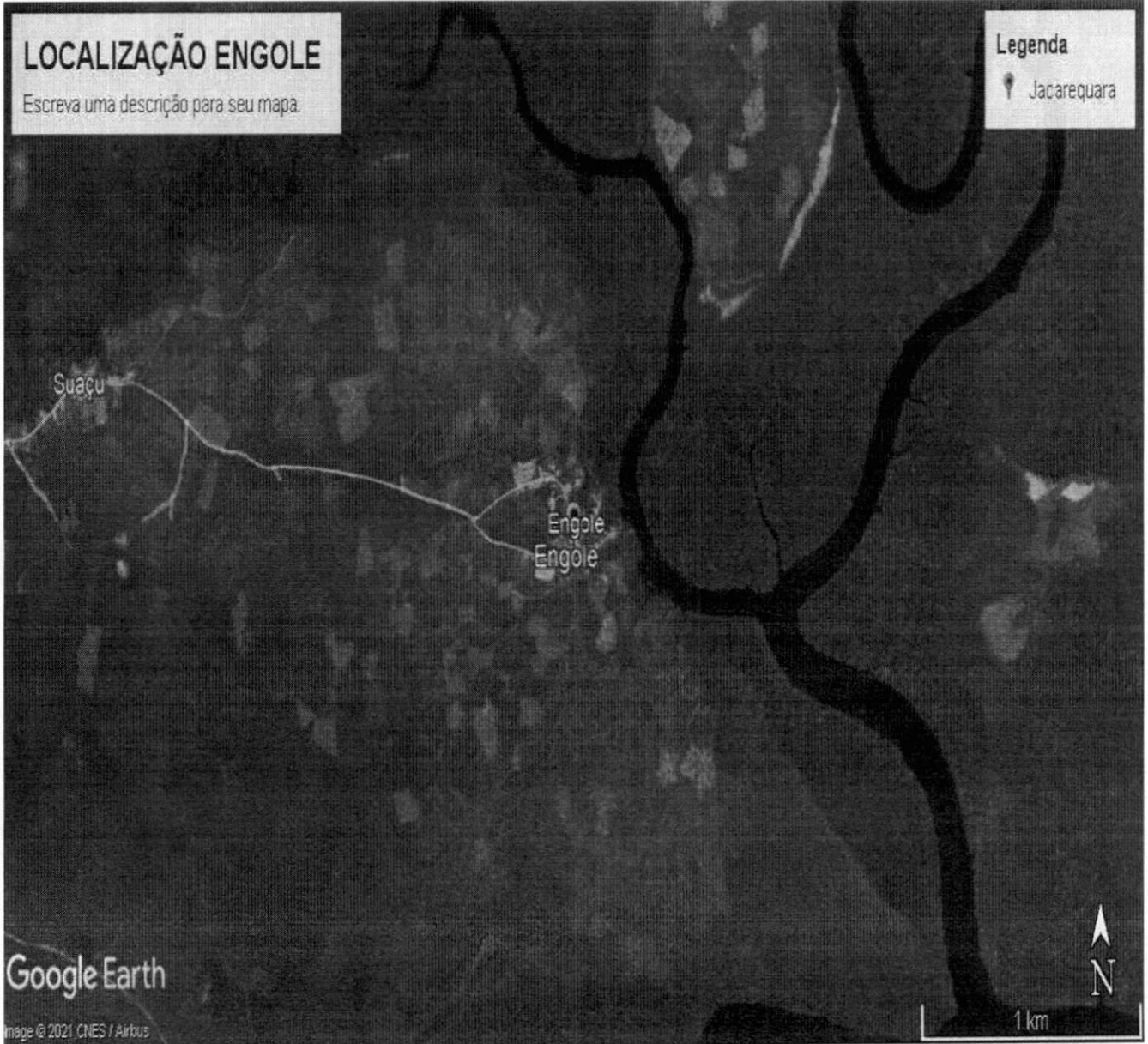
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

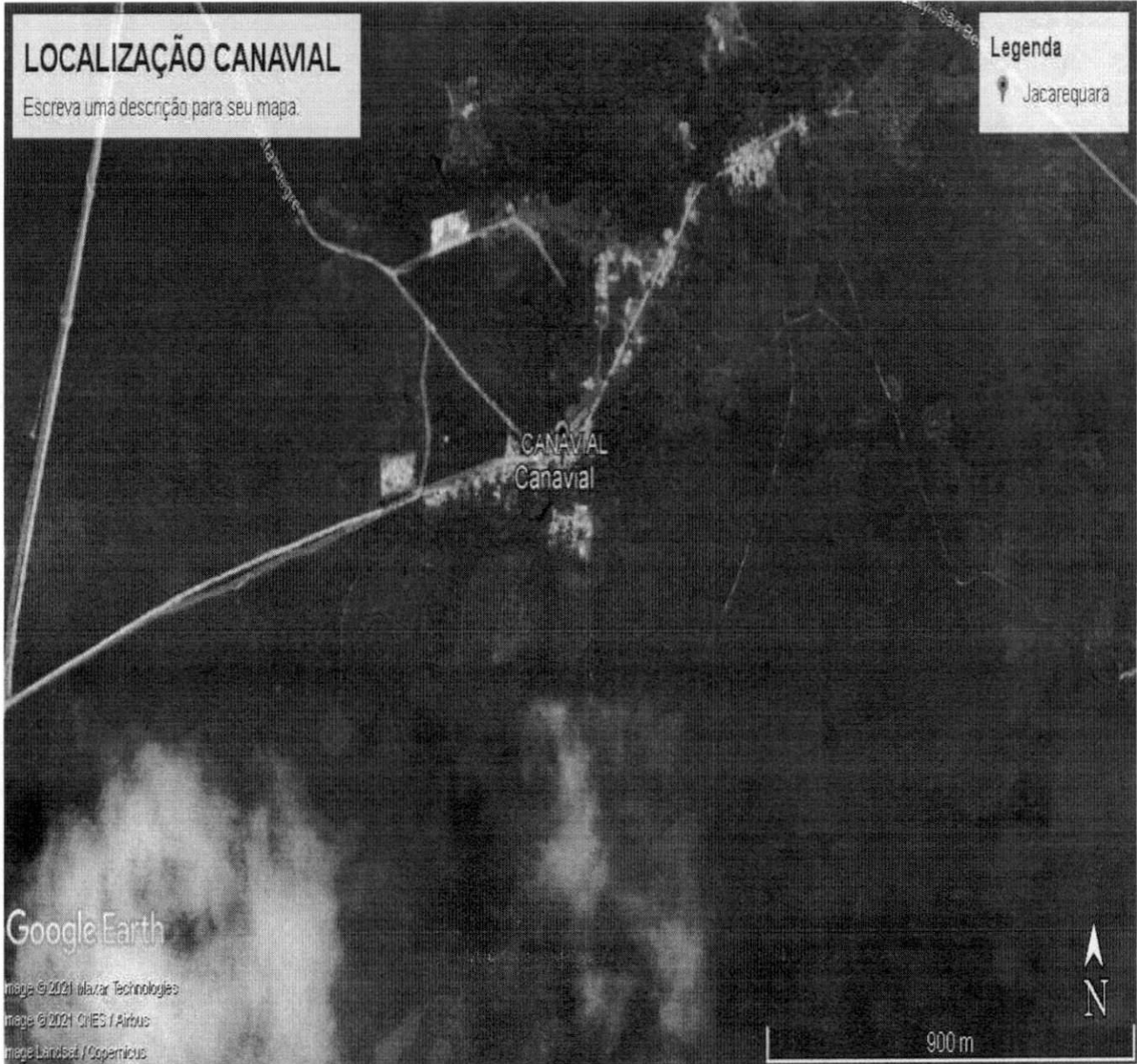
Proc. 00631/2021
Pág. 122





Proc. 00631/2021
Pág. 1 CC

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0063/2021
Pág. 123





Proc 00631/2021
Pág. 124

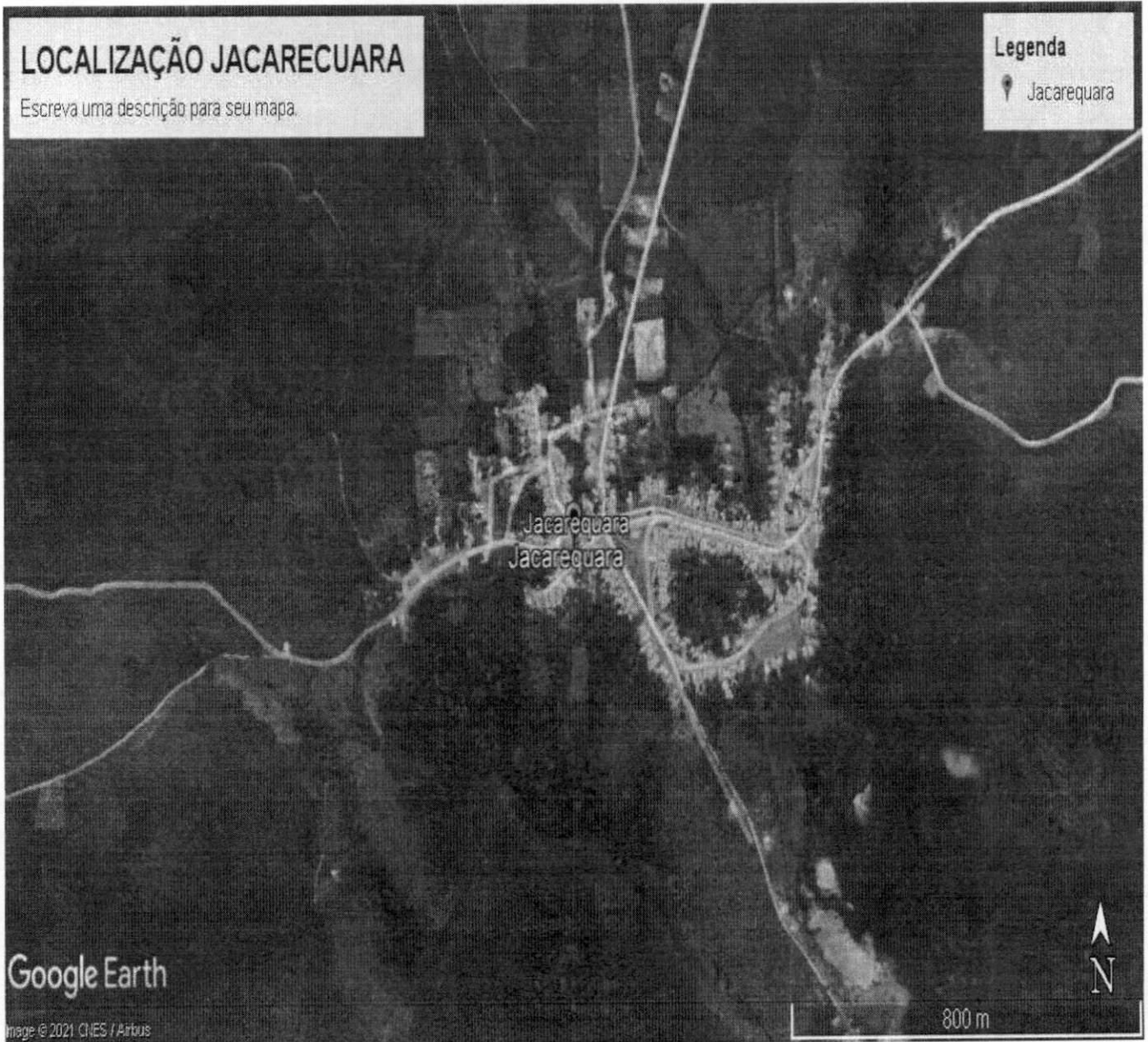
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO





00631/0021
Pág. 125

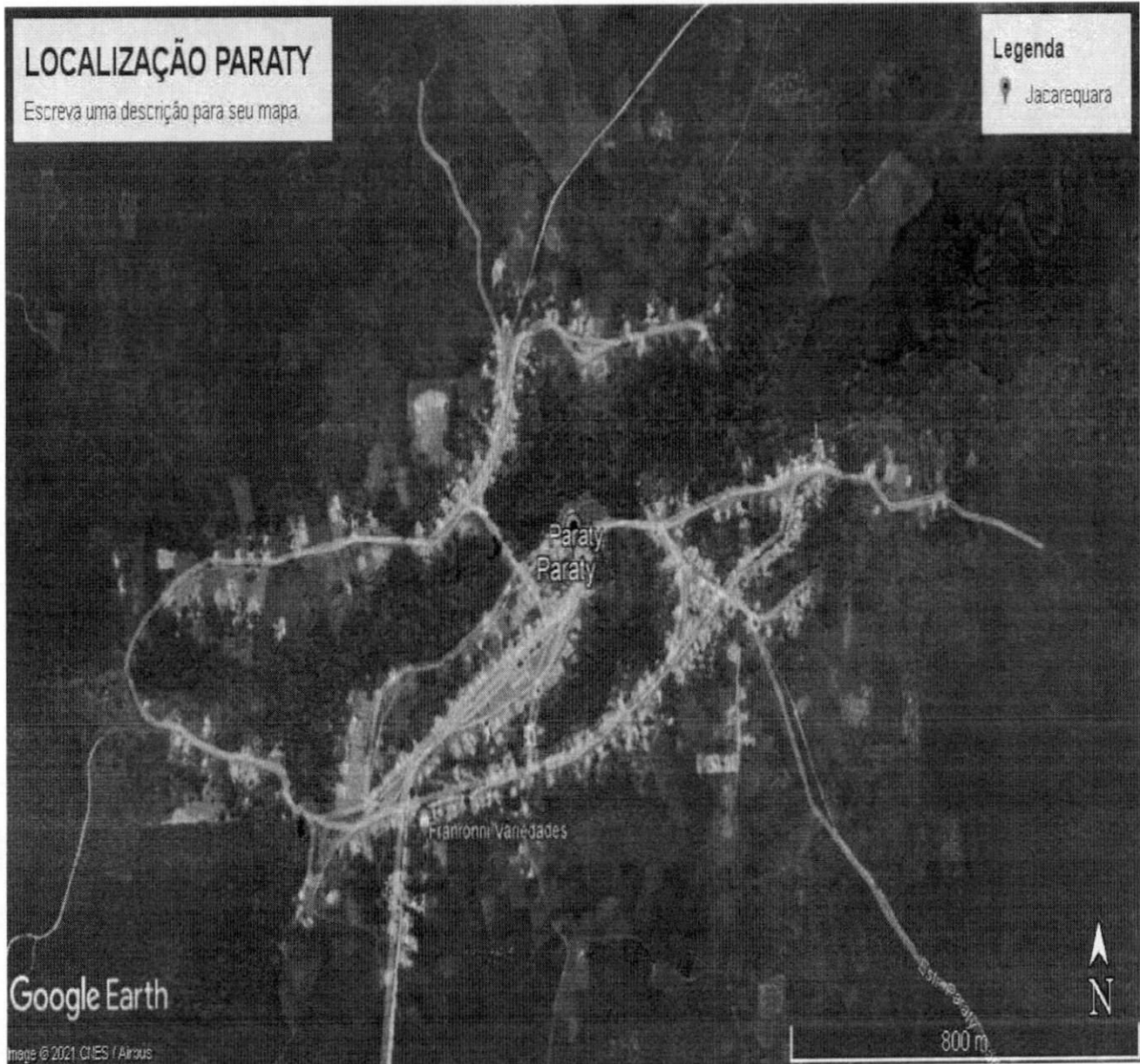
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

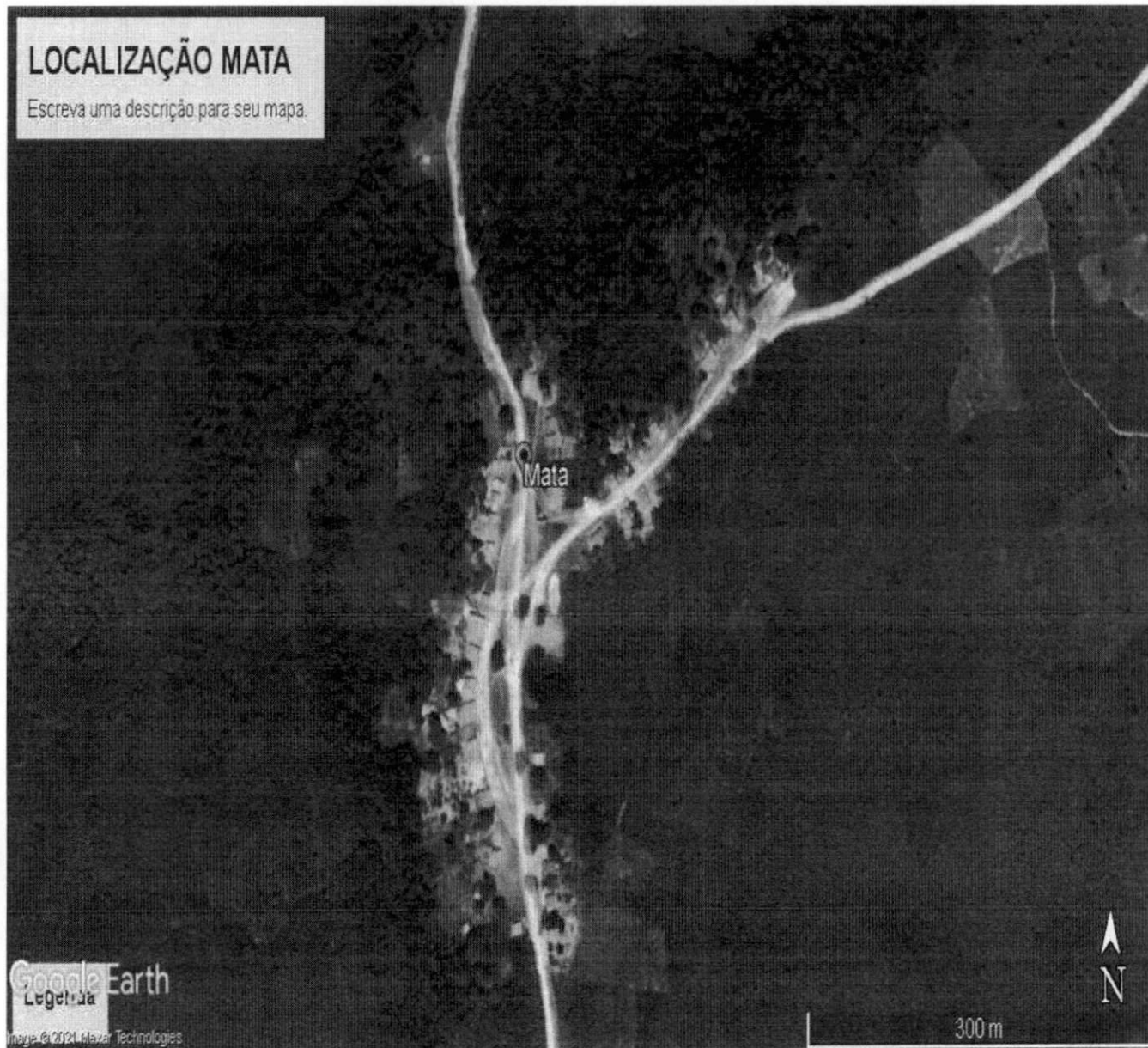
Proc 0063/2021
Pág. 126





Proc 0063/2021
Pág. 122

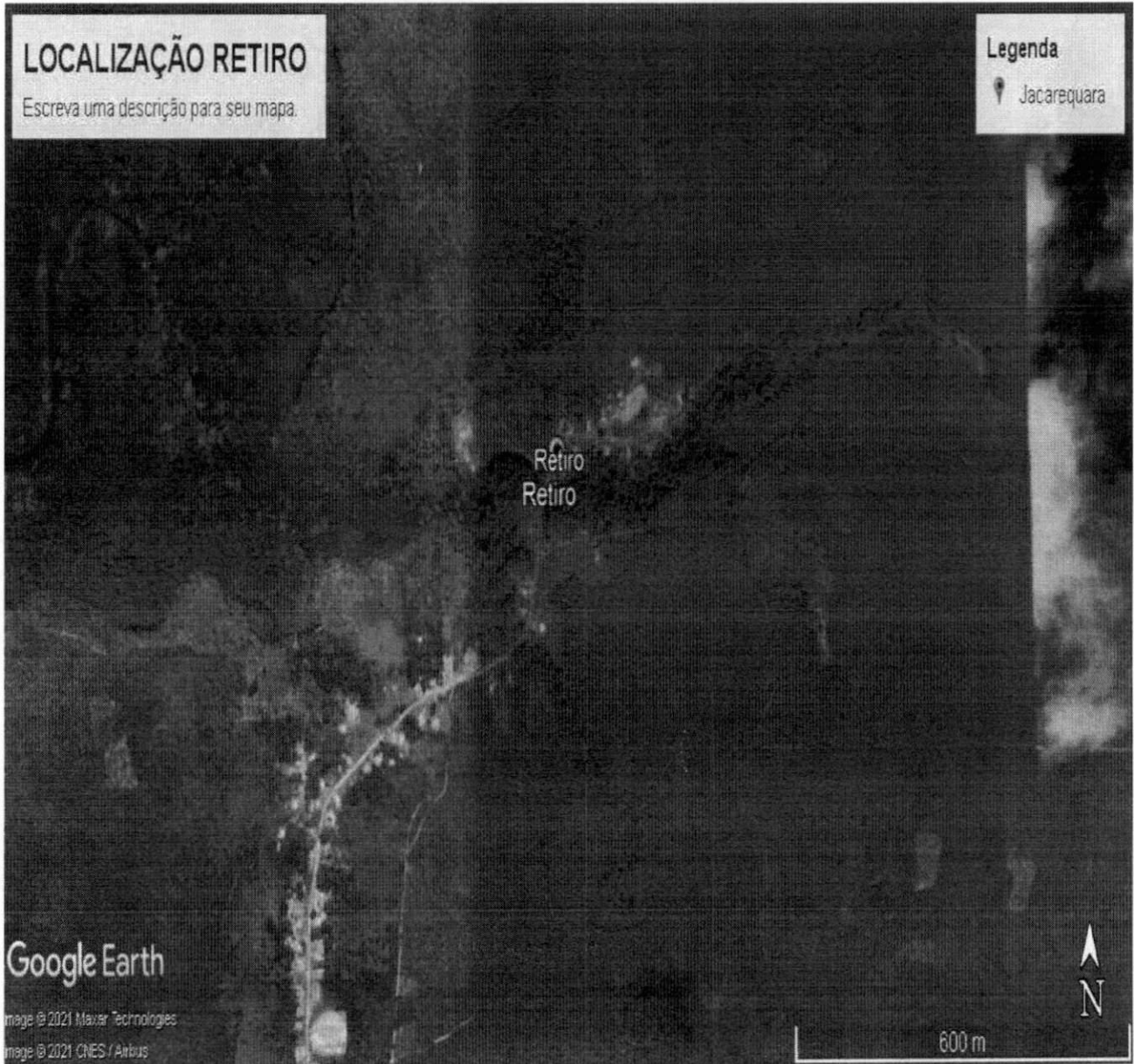
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO





Proc. 00631/2021
Pág. 128

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

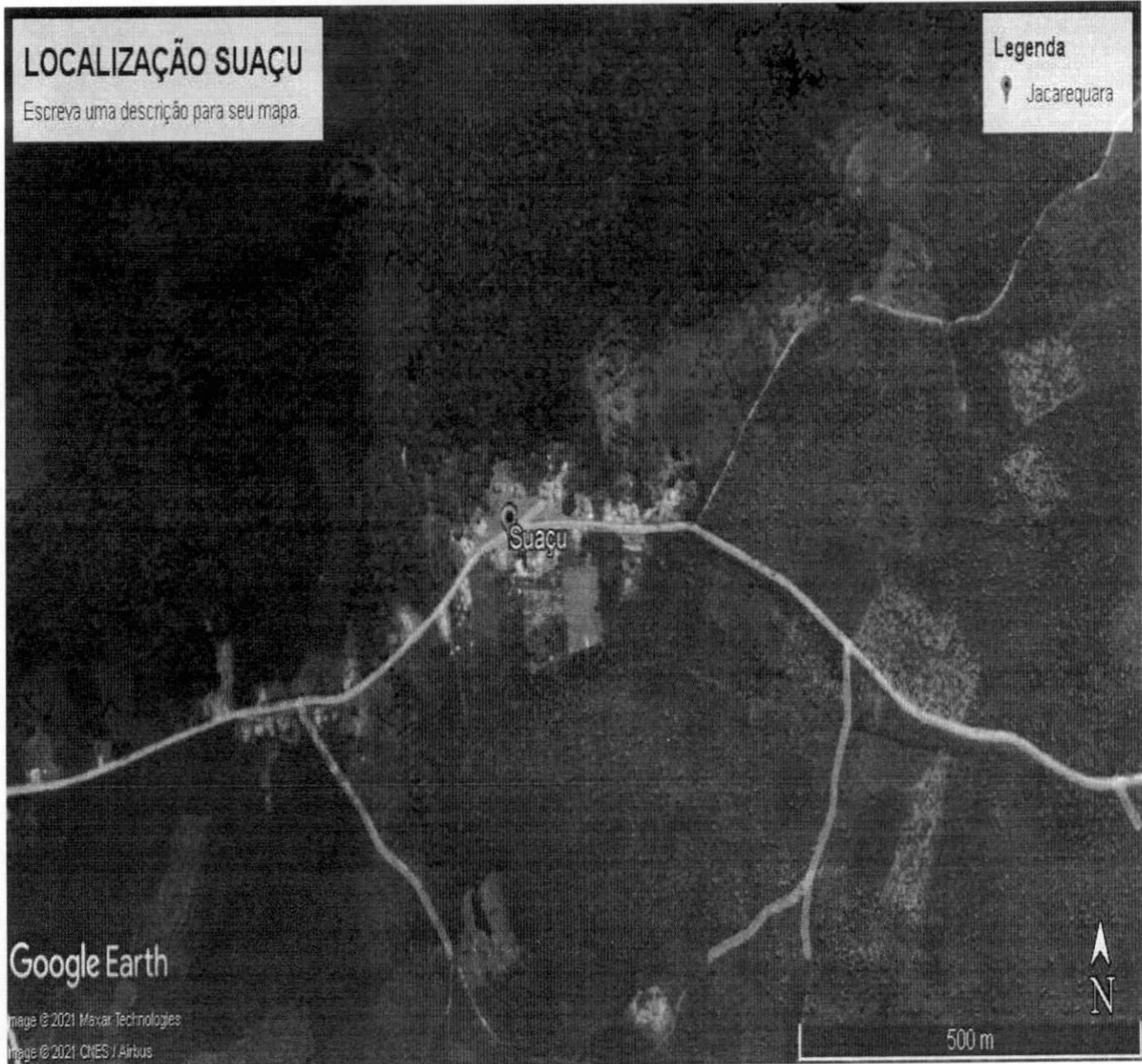
Proc. 0063/2021
Pág. 129





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0057/2021
Pág. 130





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 00031/2021
Pág. 134





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0003/2021
Pág. 132

ANEXO II – MODELO DE CARTA CREDENCIAL

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021
Abertura: 25 de outubro de 2021. -09:00

A (nome da empresa), CNPJ Nº _____, com sede na _____, neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

Pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de Cedral - MA, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação de TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

Local e data.
Nome e assinatura
(Nº da identidade do declarante)



Proc 00631/2021
Pág. 133

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021

Abertura: 25 de outubro de 2021. -09:00

Senhor Presidente,

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, para fins do disposto no subitem do edital, do Tomada de Preço Nº ____/____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14/12/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)

OBS:

1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

2) Esta declaração deverá ser entregue ao(à) Presidente(a), após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes (de Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar Nº 123/2006.



Proc. 00631/2021
Pág. 134

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º, CF/88

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021
Abertura: 25 de outubro de 2021. -09:00

Senhor Presidente,

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui no seu quadro de pessoal, menor de 18 (dezoito) anos em exercício de atividade noturna, perigosa ou insalubre, bem como não utiliza para qualquer trabalho ou atividade, menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com o inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal e com a Lei Nº 9.854/99.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data
Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



Proc. 0063/2021
Pág. 135

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021

Abertura: 25 de outubro de 2021. -09:00

Senhor Presidente,

A empresa _____, signatária, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Sr.(a) _____, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 32, § 2.º, da Lei Federal Nº 8.666/93, que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do Tomada de Preço Nº ____/____, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência.

Declaramos ainda, ter ciência que "a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie".

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa

(Nº da identidade do declarante)



Proc 00631/2021
Pág. 136

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021
Abertura: 25 de outubro de 2021. -09:00

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | QUANT. | V. UNITÁRIO | V. TOTAL |
|------|-----------|-------|--------|-------------|-------------------------------------|
| | | | | | VALOR GLOBAL R\$ ____ (POR EXTENSO) |

2. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ...
CNPJ: ...
ENDEREÇO: ...
TELEFONE: ...
E-MAIL: ...

3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO

NOME: ...
CPF: ...
RG: ...
NACIONALIDADE: ...
ESTADO CIVIL: ...
PROFISSÃO: ...
ENDEREÇO COMPLETO: ...

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ...

5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...

Declaramos que nos preços cotados já estão incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



Proc. 0043/2021
Pág. 132

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____
PROC. ADM. Nº ____/____
TOMADA DE PREÇO Nº: 007/2021

CONTRATO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL
DE CEDRAL - MA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE _____ E A EMPRESA
_____ PARA _____. NOS TERMOS
DO TOMADA DE PREÇO Nº 007/2021.

A Prefeitura Municipal de Cedral – MA, através da Secretaria Municipal de _____, CNPJ Nº _____, endereço na Rua _____, Nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, neste ato representada pelo (a) Sr (a). _____, brasileiro (a), portador (a) da Carteira de Identidade Nº _____, CPF Nº _____, residente e domiciliado (a) nesta cidade _____, Secretário (a) Municipal de _____, designado Ordenador de Despesas através do Decreto nº ____ de ____ de ____ de _____, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado CONTRATADA, a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo seu titular Sr. (a). _____, CPF Nº _____, RG Nº _____, (nacionalidade), (estado civil), residente e domiciliado na _____, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, decorrente do Processo Administrativo Nº 0043/2021, que originou a licitação na modalidade Tomada de Preço Nº 007/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação da _____, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da Tomada de Preço Nº 007/2021 e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Instrumento Convocatório, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../.....
- 2.2. O prazo de execução do objeto é de _____ e será iniciada _____, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico.
- 2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.



Proc 00631/2021
Pág. 138

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.4. EM SE TRATANDO DE SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA, O PRESENTE CONTRATO PODERÁ SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, ATRAVÉS DE TERMO ADITIVO, CONFORME DISPOSIÇÕES DO ART. 57 DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 9.648/98.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

| | |
|----------------------|--|
| EXERCÍCIO: | |
| PODER: | |
| ÓRGÃO: | |
| UNIDADE: | |
| CLASF. PROGRAMÁTICA: | |
| NATUREZA DA DESPESA: | |

5. CLÁUSULA QUINTA – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. A primeira medição só será realizada com a apresentação da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do serviço junto ao Conselho de CREA-MA bem como documento que comprove que a obra foi matriculada no INSS.

5.2. As demais medições serão liberadas com a apresentação da Guia de Recolhimento junto ao INSS referente ao mês imediatamente anterior à solicitação do pagamento.

5.3. As medições somente serão realizadas na frequência estabelecida no cronograma físico-financeiro, contadas a partir do recebimento da ordem de serviço

5.4. O pagamento à CONTRATADA será efetuada pela Secretaria Municipal de Finanças ou por outro setor específico da PMI, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à RECEITA FEDERAL DO BRASIL/PREVIDÊNCIA, TRABALHISTAS, FGTS, ESTADO (Dívida Ativa e Tributos) e Município e será feito na modalidade de transferência online.

a) A CONTRATADA deverá apresentar a fatura, bem como os demais documentos exigidos, de acordo com cada medição, considerando-se este como o momento do adimplemento da etapa;

b) A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela empresa fornecedora das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc 00631/2021
Pág. 139

c) O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 6.1. A empresa vencedora deverá prestar garantia no valor de 5% (cinco por cento) da adjudicação, a qual antecederá sempre a assinatura do Contrato.
- 6.2. Caberá a empresa optar por uma das seguintes modalidades:
- a) Caução em dinheiro, cheque administrativo ou títulos da dívida pública;
 - b) Seguro garantia;
 - c) Fiança bancária;
- 6.3. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro o seu valor será depositado em conta corrente da Prefeitura Municipal, a fim de manter a atualização monetária.
- 6.4. Se a opção da garantia recair em títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 6.5. No caso de seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, em nome da Prefeitura Municipal, cobrindo o risco de quebra do contrato.
- 6.6. A garantia mencionada servirá como seguro pelo fiel cumprimento do Contrato, respondendo, inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas. A infringência a qualquer das cláusulas do Contrato implicará em perda da mesma a favor da Prefeitura Municipal revertendo seu valor aos Cofres do Município.
- 6.7. A garantia ou seu saldo será liberado, mediante requerimento, após a execução do Contrato e desde que integralmente cumpridas todas as obrigações assumidas.
- 6.8. Em caso de utilização da garantia, total ou parcial, a CONTRATADA se obriga a repor o valor da sua integridade, para a mesma finalidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da comunicação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 7.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. Obrigações da CONTRATADA:

- 8.1.1. Executar os serviços em conformidade com o Projeto Básico;
- 8.1.2. Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de equipamentos, utensílios materiais, mão de obra, pagamento de seguro, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária e todos os demais encargos tributários ou não decorrentes do objeto do Contrato;
- 8.1.3. Cumprir fielmente o presente Contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0063/2021
Pág. 140

- 8.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93;
- 8.1.5. Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da CONTRATANTE, relativamente aos serviços contratados.
- 8.1.6. Registrar os serviços no conselho de classe correspondente, conforme a legislação vigente;
- 8.1.7. Tomar todas as medidas de segurança no trabalho, adotando todos os meios necessários a evitar acidentes, conforme legislação específica;
- 8.1.8. Responder, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita técnica dos serviços, quanto ao processo de aplicação dos materiais, inclusive suas qualidades, competindo-lhe, também, a dos serviços que, não aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE, devem ser refeitos;
- 8.1.9. Facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
- 8.1.10. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus propositos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 8.1.11. Efetuar a matrícula do serviço junto ao INSS;
- 8.1.12. Respeitar o prazo estipulado por este Contrato para a entrega do objeto;
- 8.1.13. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto o Contrato em que se verificarem incorreções ou defeitos decorrentes da execução;
- 8.1.14. Comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer irregularidade e providências a serem tomadas na execução dos serviços;
- 8.1.15. Aceitar os acréscimos e supressões, nos termos do §1º, do art. 65 da Lei 8.666/93;

8.2. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** se compromete a:

- 8.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.
- 8.2.2. Designar um profissional, para na qualidade de fiscal, acompanhar a execução dos serviços, objeto deste Contrato, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2.3. Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos serviços contratados.
- 8.2.4. A CONTRATANTE se reserva ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as especificações técnicas do Projeto Básico estão sendo cumpridas pelo CONTRATADO
- 8.2.5. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento, desde que preenchidos as formalidades previstas neste Contrato;
- 8.2.6. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- 8.2.7. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.2.8. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;
- 8.2.9. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0063/2002
Pág. 14

9. CLÁUSULA NONA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS ALTERAÇÕES

9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

9.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder os limites estabelecidos no subitem anterior.

9.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

9.2.1. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

9.3. Na assinatura do presente Contrato, a Contratada declara sua responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência escrita:** quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste Contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa de:**

a) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos serviços entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

b) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do Contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do Contrato, rescisão contratual por inexecução do Contrato, caracterizando-se quando houver reinterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contrato, atraso superior ao prazo limite de 30 (trinta) dias, estabelecido na alínea "a", ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta da CONTRATADA.

c) **Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0063/2021
Pág. 142

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelo responsável pelo recebimento em até 15 (quinze dias)

12.2. **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observações ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação escrita do **CONTRATADO**

12.3. Não será aceita entrega parcial do serviço, nem serviço em desconformidade com este procedimento, sob pena de rejeição do serviço;

12.4. O Fiscal acompanhará a execução e emitirá relatório onde constará a conclusão ou não do serviço para emissão da nota fiscal no valor correspondente ao cronograma aprovado;

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21/06/93:

13.2. Constitui motivo para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- c) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;



Proc. 0063/2021
Pág. 143

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- j) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevisas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para entrega dos serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DOS SERVIÇOS

15.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia pelo período de 12 (doze) meses dos serviços, após aprovação dos mesmos por parte da fiscalização da CONTRATANTE, através de termo de recebimento provisório.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. A CONTRATADA responderá por perdas e danos que vier a sofrer a CONTRATANTE, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da CONTRATADA ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não é permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do futuro contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93 demais diplomas legais.

18.2. Fica eleito o foro da Cidade de Cedral – MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

18.3. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0063/2021
Pág. 144

Cedral – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS DO CONTRATANTE E CONTRATADO)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proc. 0063/2021
Pág. 145

ANEXO VII - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

| DADOS DO ÓRGÃO SOLICITANTE | | |
|----------------------------|-----------|-----|
| NOME: | CPF/CNPJ: | |
| ENDEREÇO: | BAIRRO: | |
| CIDADE: | CEP: | UF: |
| CONTATO: | E-MAIL: | |

| ORDEM DE COMPRA E/OU SERVIÇO |
|------------------------------|
| Nº: |
| EMISSÃO: |
| LOCAL DE ENTREGA: |
| DATA LIMITE PARA ENTREGA: |

| DADOS DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DO SERVIÇO | | |
|---|-----------|-----|
| NOME: | CPF/CNPJ: | |
| ENDEREÇO: | BAIRRO: | |
| CIDADE: | CEP: | UF: |
| CONTATO: | E-MAIL: | |

| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | |
|----------------------|--|
| EXERCÍCIO: | |
| PODER: | |
| ÓRGÃO: | |
| UNIDADE: | |
| CLASF. PROGRAMÁTICA: | |
| NATUREZA DA DESPESA: | |

A nota fiscal deve ser apresentada discriminadamente, contendo as informações da forma de aquisição e a quantidade de cada produto(s) conforme abaixo:

| INFORMAÇÕES DA FORMA DE AQUISIÇÃO | |
|-----------------------------------|--|
| MODALIDADE: | |
| NÚMERO: | |
| Nº CONTRATO: | |
| OBJETO: | |

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO | UNIDADE | QUANTIDADE | PREÇO UNID. | PREÇO TOTAL |
|-------|--------------------------|---------|------------|-------------|-------------|
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

Todas as faturas/notas fiscais deverão vir acompanhadas da respectiva ordem, bem como atestadas pelo (a) servidor (a) que recebeu o(s) item(ns), acompanhada das certidões abaixo relacionadas:

- Prova de regularidade com a Fazenda Federal e da Seguridade Social – INSS, mediante Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita



Pág. 0063/2021
146

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

- ii. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- iii. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- iv. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- v. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- vi. Certidão de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- vii. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da empresa, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo e mediante a apresentação das certidões enumeradas no item anterior deste instrumento.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso esta esteja em situação irregular relativamente a regularidade fiscal e trabalhista. Portanto, todas as certidões enumeradas neste instrumento deverão estar válidas na data da emissão da NF. Caso contrário, se quaisquer das certidões estiverem com prazo de validade expirado, o pagamento não será efetivado enquanto a (s) mesma (s) não for (em) regularizada (s).

Vinculam-se à presente ordem, independentemente de transcrição, todas as cláusulas constantes na minuta do contrato ou ata de registro de preços da licitação identificada neste instrumento, bem como o termo de referência/projeto básico e a proposta de preços da empresa acima mencionada.

OBSERVAÇÕES:

Após consulta e aprovação junto ao Secretário (a) Municipal ordenador da despesa, autorizo a (s) contratação (ções) ou Compra (s) e/ou Serviço (s) do(s) objetos acima descritos.

Cedral – MA, ____ de _____ de _____

(ASSINATURAS)